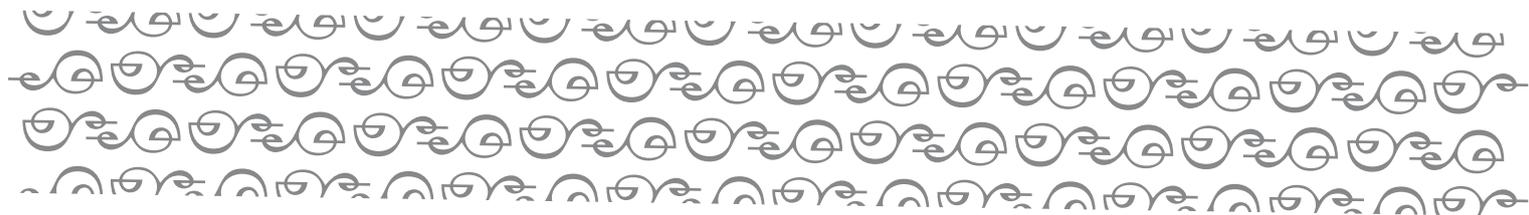


<http://bd.camara.leg.br>

“Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade.”



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Patrícia Maria Pinheiro Villar de Queiroz Milani

**DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:
UMA PROPOSTA DE REQUISITOS DE ORGANIZAÇÃO E ARQUITETURA DA
INFORMAÇÃO PARA A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA BIBLIOTECA
DIGITAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Brasília
2013

PATRÍCIA MARIA PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ MILANI

**DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:
UMA PROPOSTA DE REQUISITOS DE ORGANIZAÇÃO E ARQUITETURA
DA INFORMAÇÃO PARA A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA
BIBLIOTECA DIGITAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Monografia apresentada ao programa de Especialização do Núcleo de Informação Tecnológica e Gerencial – NITEG, no curso de Arquitetura e Organização da Informação da Escola de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do certificado de Especialista em Arquitetura e Organização da Informação.

Linha de Pesquisa: Gestão da Informação e do Conhecimento

Orientadora: Prof Dra Renata Baracho

BRASÍLIA
2013

Milani, Patrícia Maria Pinheiro Villar de Queiroz.

Diário da Câmara dos Deputados [manuscrito] : uma proposta de requisitos de organização e arquitetura da informação para a representação da informação na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados / Patrícia Maria Pinheiro Villar de Queiroz Milani. -- 2013.

90 f. : il. color.

Orientadora: Renata Baracho.

Impresso por computador.

Monografia (especialização) -- Curso de Arquitetura e Organização da Informação, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) e Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação (ECI), 2013.

1. Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados, periódico. 2. Publicação oficial, Brasil. 3. Gestão da informação, Brasil. 4. Tecnologia da informação, administração, Brasil. 5. Biblioteca digital, história, Brasil. I. Título.

CDU 342.532:087.7(81)



UFMG

**Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Núcleo de Informação Tecnológica e Gerencial – NITEG
Curso de Especialização em Arquitetura e Organização da Informação**

ATA DA DEFESA DE MONOGRAFIA DE PATRÍCIA MARIA PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ MILANI, matrícula: 2011717650

Às 16:00 horas do dia 29 de abril de 2013, reuniu-se nas Instalações do CEFOR/Câmara dos Deputados em Brasília-DF a Comissão Examinadora, para julgar o trabalho intitulado **Diário da Câmara dos Deputados: uma proposta de requisitos de organização e arquitetura da informação para a representação da informação na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**, requisito final para obtenção do Grau de ESPECIALISTA em ARQUITETURA E ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Renata Maria Abrantes Baracho Porto, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a argüição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Profa. Dra. Renata Maria Abrantes Baracho Porto – Orientadora

Aprovada

Profa. Dra. Gercina Borém de Oliveira Lima

Aprovada

Caliope Maria Melo Paz

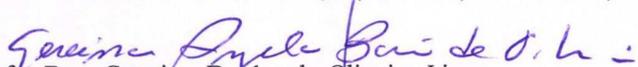
Aprovada

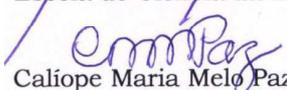
Pelas indicações, a candidata foi considerada Aprovada com nota 100.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Brasília, 29 de abril de 2013


Profa. Dra. Renata Maria Abrantes Baracho Porto
Escola de Ciência da Informação/UFMG (Orientadora)


Profa. Dra. Gercina Borém de Oliveira Lima
Escola de Ciência da Informação/UFMG


Caliope Maria Melo Paz
Representante do CEFOR/Câmara dos Deputados

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo do Coordenador do Curso.

À minha maravilhosa família!

Agradeço a Deus, por tudo;

A Câmara dos Deputados, na pessoa do Diretor do Centro de Documentação e Informação Adolfo Furtado, pela motivação;

Aos amigos da equipe da Coordenação de Biblioteca, na pessoa da amiga Rosa Paganine, pelo apoio irrestrito;

Aos colegas Prof Dr Cristian José Oliveira Santos e Especialista José Luiz Camargo da Costa pela total disponibilidade na revisão do texto e apresentação de comentários e sugestões;

Aos professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e colegas de curso pelos momentos de aprendizagem e diversão!

“Nossos depósitos de informações corporativas, vastos e sem aplicação, têm pouco poder quando entopem relatórios, arquivos e banco de dados. Hoje em dia, informações não faltam. Faltam ferramentas para entregar informações certas às pessoas certas no tempo certo”.

(Electric Power Research Institute)

RESUMO

Este estudo pretende verificar a conveniência do armazenamento do Diário da Câmara dos Deputados na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, com vistas à recuperação do seu conteúdo informacional. A revisão de literatura ressalta a importância do DCD como fonte oficial de publicidade das atividades parlamentares, bem como traz a fundamentação da Biblioteca Digital como repositório institucional e ferramenta importante para apoiar a organização e recuperação da informação bibliográfica na Câmara dos Deputados. O objetivo geral do estudo consistiu em propor um conjunto de metadados de descrição física e temática como requisitos para a organização e representação dos conteúdos informacionais do DCD. A metodologia utilizada permitiu, além do embasamento teórico, a análise dos sistemas de informação da Casa Legislativa, os conteúdos do Diário e, por meio da aplicação de questionário, verificar a visão dos usuários da Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação sobre a recuperação das informações do Diário a partir dos sistemas de informação corporativos e locais. Em conclusão constatou-se que a grande maioria das informações publicadas no DCD é passível de recuperação em diversos sistemas de informação, o que, no entanto, não garante a qualidade e tempestividade na recuperação.

Palavras-chave: Diário da Câmara dos Deputados. Arquitetura da Informação. Representação da Informação. Organização da Informação.

ABSTRACT

This study aims to verify the convenience of storing the Journal of the House of Representatives (DCD) in the Digital Library of the House of Representatives on the purpose of retrieving its informational content. The literature review highlights the importance of DCD as an official source of publicity of parliamentary activities and also brings the reasoning of the Digital Library as institutional repository and important tool to support the organization and retrieval of bibliographic information in the House of Representatives. The overall purpose of the study was to propose a set of metadata including physical description and theoretical requirements for the organization and representation of the information contents of the DCD. The chosen methodology allowed: the theoretical foundation, the analysis of information systems of the Legislative House, the analysis of the contents of the DCD and, through application forms, to verify the users' view of the Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação (Corpi) on the retrieval information of the DCD. In conclusion, it was found that the great majority of published information in the DCD can be recovered in several corporate and local information systems although it does not guarantee total quality and right timing retrieval.

Keywords: Diário da Câmara dos Deputados. Information Architecture Representation of Information. Organization of Information.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Representação da Informação	31
Figura 2 Modelo de Arquitetura da Informação	36
Gráfico 1 Relevância de Conteúdos não tratados por Sistemas de Informação da Câmara dos Deputados para representação na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, por número de entrevistados	66
Gráfico 2 Índice de deficiências na recuperação da Informação nos três principais sistemas corporativos de tratamento e recuperação da informação legislativa da Câmara dos Deputados	69
Quadro 1 Quadro demonstrativo da relação entre os sistemas de informação locais e corporativos e os conteúdos do Diário da Câmara dos Deputados	61
Quadro 2 Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, v.67, n. 82, p. 18065- 18405, 23 maio 2012	71
Quadro 3 Diário da Câmara dos Deputados, quarta-feira, 23 de maio de 2012	72
Quadro 4 Diário da Câmara dos Deputados. Suplemento, quinta-feira, 28 de março de 2013	73
Quadro 5 Diário da Câmara dos Deputados. Suplemento, quinta-feira, 28 de março de 2013	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR2	–	Anglo-American Cataloguing Rules - 2
ABNT	–	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BDCD	–	Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados
Cedi	–	Centro de Documentação e Informação
Cenin	–	Centro de Informática
Cobec	–	Coordenação de Preservação e Bens Culturais
Cobib	–	Coordenação de Biblioteca
Corpi	–	Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação
DC	–	Dublin Core
DCD	–	Diário da Câmara dos Deputados
DCN	–	Diário do Congresso Nacional
ES	–	Espírito Santo
FRBR	–	Functional Requirements for Bibliographic Records
HP	–	Hewlett Packard
IFLA	–	International Federation of Library Association
Legin	–	Legislação Informatizada
MIT	–	Massachusetts Institute of Technology
NBR	–	Norma Brasileira
OAI-PMH	–	Open Archives Initiative - Protocol for Metadata Harvest
OCR	–	Optical Character Recognition
PDC	–	Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Pedro Aleixo, da Câmara dos Deputados
PDF	–	Portable Document Format
PGIC	–	Programa de Gestão da Informação e do Conhecimento
RDF	–	Resource Description Framework
RICD	–	Regimento Interno da Câmara dos Deputados
RVBI	–	Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional
Sileg	–	Sistema de Informação Legislativa da Câmara dos Deputados
Sitaq	–	Sistema de Taquigrafia
SP	–	São Paulo
SPOB	–	Seminário de Publicações Oficiais Brasileiras
TIFF	–	Tagged Image File Format
VCB	–	Vocabulário Controlado Básico
XML	–	eXtensible Markup Language

SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO	14
1.1 Introdução	14
1.2 Problema	17
1.3 Questão de Pesquisa	17
1.4 Objetivo Geral	17
1.4.1 Objetivos Específicos	17
1.5 Justificativa e Motivação	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 Organização e Representação da Informação	20
2.2 Arquitetura da Informação	32
2.3 Publicação Oficial	37
2.4 O Diário da Câmara dos Deputados e os seus Dispositivos Normativos	42
2.4.1 Histórico	43
2.4.1.1 Império	43
2.4.1.2 República	46
2.5 A Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados	47
2.5.1 Um breve histórico	48
2.5.2 Características Técnicas e Padrões Internacionais de Descrição de Objetos Digitais	49
2.5.3 As Coleções	51
2.6 Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Pedro Aleixo da Câmara dos Deputados	51
3 METODOLOGIA	56
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	59
4.1 Estudo do Diário da Câmara dos Deputados	59
4.1.1 Seção I	59
4.1.2 Seção II	60
4.2 Os Sistemas de Informação da Câmara dos Deputados	61
4.3 Análise dos Questionários	63

4.3.1 Conteúdos informacionais não tratados por pelos sistemas de informação da Câmara dos Deputados	64
4.3.2 Conteúdos que deveriam receber tratamento técnico e serem disponibilizados para o acesso direto pelo cidadão	65
4.3.3 Conteúdos que, apesar de tratados por algum sistema de Informação na Câmara dos Deputados, são de difícil recuperação	67
4.3.4 Considerações e Sugestões	69
4.4 Definição dos Campos de Metadados para descrição física, temática e de preservação	70
5 CONCLUSÃO	76
RECOMENDAÇÕES	80
REFERÊNCIA	82
APÊNDICE A — Questionário aplicado pelo pesquisador	90

Contextualização

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O presente capítulo se propõe a esclarecer o propósito da pesquisa por meio da descrição do cenário e do objeto do estudo, o Diário da Câmara dos Deputados. Identifica o problema, apresenta a questão da pesquisa, os objetivos geral a ser alcançado e aqueles específicos que contribuíram para a realização do trabalho ora proposto, além de justificar os motivos que delinearão a sua necessidade.

1.1 Introdução

As instituições públicas têm por princípio constitucional garantir a publicidade dos seus atos por meio de uma fonte oficial. Na Câmara dos Deputados, a divulgação dos atos administrativos, normativos e legislativos se dá, constitucional e regimentalmente, pela edição do *Diário da Câmara dos Deputados* (DCD) e *Diário do Congresso Nacional* (DCN), que devem informar e dar transparência sobre a atuação dos deputados federais, bem como publicitar os atos que regulam e norteiam o funcionamento desta Casa Legislativa.

O DCD, elaborado pela Câmara dos Deputados e publicado pela Gráfica do Senado Federal, registra as atividades administrativas, legislativas e parlamentares realizadas no âmbito da Câmara dos Deputados, quais sejam: proposições e suas votações; discursos; atos legais e administrativos; ofícios; designações e declarações, entre outros itens. O Diário da Câmara dos Deputados é uma publicação diária, corrente, com periodicidade regular, iniciada em 1890 no formato impresso. Um projeto iniciado na década de 1990 pelo Centro de Documentação e Informação (Cedi) foi responsável pela digitalização dos Diários publicados entre 1890 e 2004, formando uma coleção digital, em formato tiff (*Tagged Image File Format*), a qual se encontra reunida no portal corporativo da Câmara dos Deputados¹. O acesso aos fascículos do DCD se dá a partir da data de publicação e da paginação dos documentos (modelo calendário). Também é possível acessá-lo por meio de outros sistemas de informação que tratam conteúdos específicos, como o Sistema de Informações Legislativas da Câmara dos Deputados (Sileg), o Sistema de Taquigrafia (Sitaq) ou, ainda, a Legislação Informatizada (Legin). Evidencia-se, no entanto, que, para além do modelo calendário², nenhum outro recurso de busca integrada por assunto é oferecido ao usuário. Em 2005, a publicação passa a ser também eletrônica e disponibilizada no formato pdf (*Portable Document Format*). Em 2012, um projeto gerenciado pela

¹<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=D>

²Modo de dar acesso aos diários, por meio da apresentação dia, mês e ano, em um calendário.

Coordenação de Preservação e Bens Culturais (Cobec) do Cedi converte os arquivos em formato tiff, para o padrão pdf, com a aplicação da tecnologia de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR), criando a possibilidade de execução de busca textual nos Diários da Câmara dos Deputados.

A Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados (BDCD), fomentada pelo Programa de Gestão da Informação e do Conhecimento³, tem a responsabilidade de ser o repositório institucional daquela organização legislativa. Criada em 2010, tem a missão de reunir, tratar, preservar e disseminar conteúdos digitais de interesse do Poder Legislativo e assumir a condição de uma ferramenta eficaz de gestão da informação e do conhecimento na Câmara dos Deputados. À Biblioteca Pedro Aleixo, unidade gestora da Biblioteca Digital, cabe cumprir a Política de Desenvolvimento de Coleções⁴ (2011) no que tange à captação, reunião, tratamento e disseminação de todo conteúdo digital produzido e relacionado ao Poder Legislativo, em especial à Câmara dos Deputados.

Em 2012, a Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados iniciou projeto piloto para o tratamento intelectual dos *Anais da Assembleia Nacional Constituinte*, de 1933-34, a partir da demanda de pesquisadores que se deparavam com muita dificuldade em encontrar os documentos a respeito desse tema no formato disponível no Portal da Câmara.

Com a adoção de métodos e ferramentas de análise, descrição e indexação, a Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados (BDCD) possibilitou a recuperação dos conteúdos informacionais. Diante deste êxito, a Coordenação de Relacionamento Pesquisa e Informação (Corpi) solicitou a adoção de procedimentos semelhantes para a coleção dos Diários da Câmara dos Deputados. Frise-se, no entanto, a existência de possíveis dificuldades na transferência da coleção para o ambiente da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, uma vez que parte dos conteúdos está disponível no Sistema de Informação Legislativa (Sileg) endereçados a opção “publicações e estudos” no portal da Câmara dos Deputados.

Este trabalho tem por objetivo identificar os conteúdos informacionais publicados no Diário da Câmara dos Deputados e verificar quais deles não estão disponíveis em sistemas de informação mantidos por aquela Casa Legislativa. Além disso, o presente trabalho tem por meta propor requisitos necessários à representação dos conteúdos do DCD na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, de maneira a

³ O Programa da Gestão da Informação e do Conhecimento (PGIC) consiste em definir e implantar políticas para selecionar, organizar, manter e disseminar informações e documentos de forma segura, com o objetivo de compartilhar o conhecimento.

⁴ O Ato Normativo que dispõe sobre a criação da Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Pedro Aleixo está na fase de validação.

viabilizar uma recuperação de dados mais eficaz, quando de pesquisas naquele repositório informacional.

O texto da pesquisa está estruturado, nesta monografia, em cinco capítulos, a saber:

O capítulo inicial contextualiza o objeto de estudo da pesquisa, apresentado em cinco tópicos:

1. Introdução;
2. Problema;
3. Questão da pesquisa;
4. Objetivos geral e específicos;
5. Justificativa e motivação para a realização da pesquisa ora apresentada.

O segundo capítulo apresenta o referencial teórico, dispendo sobre os pressupostos que subsidiam e embasam a pesquisa. Assim, a revisão de literatura contempla aspectos relacionados à organização e representação da informação com vista a fundamentar e apoiar o desenho de uma arquitetura da informação, em um contexto corporativo. Para abordar o objeto do estudo, este capítulo conceitua publicação oficial, enfatizando a sua importância legal, com o intuito de demonstrar e fortalecer a função do Diário da Câmara dos Deputados, fonte de transparência e publicidade da atividade e produção parlamentar da Câmara dos Deputados. Por último, interligando os tópicos anteriores, trata da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, apresentada como uma ferramenta que dispõe de características técnicas e de padrões internacionais de descrição de objetos digitais para gerenciamento da coleção do DCD.

O terceiro capítulo esclarece sobre a metodologia adotada na pesquisa, os instrumentos e critérios utilizados para embasamento teórico e para a coleta e análise de dados.

O quarto capítulo é dedicado à apreciação e distinção dos conteúdos e sistemas de representação e recuperação da informação relacionados ao Diário da Câmara dos Deputados. Apresenta, ainda, a análise dos questionários aplicados para detecção de necessidades informacionais dos usuários, nesse cenário.

Por fim, o quinto capítulo destina-se a conclusão do estudo e a apresentação das considerações finais e recomendações.

1.2 Problema

A coleção do Diário da Câmara dos Deputados (DCD) encontra-se dispersa e descontextualizada no Portal da Câmara dos Deputados, sem tratamento descritivo e temático, impossibilitando, desse modo, a busca adequada do conteúdo informacional do periódico.

O cenário agrava-se quando se constata a existência de conteúdos informacionais registrados no Diário da Câmara dos Deputados, relevantes para os usuários, mas não contemplados em nenhum sistema de recuperação da informação gerenciado no âmbito da Câmara dos Deputados.

Alia-se a esse quadro o fato de que a Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, repositório institucional, deve cumprir a Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Pedro Aleixo, de forma a reunir, tratar, preservar e disseminar objetos informacionais digitais produzidos pela Câmara dos Deputados e de interesse do poder legislativo, assumindo, desse modo, a condição de ferramenta eficaz de gestão da informação e do conhecimento naquela Casa Legislativa.

1.3 Questão de Pesquisa

Quais os requisitos de organização e representação da informação necessários à descrição dos conteúdos informacionais publicados no Diário da Câmara dos Deputados, identificados como relevantes pelos pesquisadores da Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação (Corpi), e não contemplados nos sistemas de informação da Câmara dos Deputados?

1.4 Objetivo Geral

Propor requisitos de organização da informação para a representação dos conteúdos informacionais do Diário da Câmara dos Deputados na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados (BDCD).

1.4.1 Objetivos Específicos

- Identificar os tipos de conteúdos informacionais existentes no *Diário da Câmara dos Deputados*;
- Mapear os sistemas de informação da Câmara dos Deputados que tratam tecnicamente os conteúdos informacionais contidos no *DCD*;

- Verificar a possibilidade de a Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados efetuar o tratamento técnico dos conteúdos informacionais do DCD não contemplados em sistemas de informação da Câmara dos Deputados;
- Definir metadados de descrição física e temática para os conteúdos publicados no DCD;
- Ressaltar as funcionalidades da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados que permitem a preservação e recuperação dos conteúdos informacionais;
- Fornecer subsídios para fortalecer o papel da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados como repositório institucional daquela Casa Legislativa.

1.5 Justificativa e Motivação

A Biblioteca Pedro Aleixo deve cumprir a Política de Desenvolvimento de Coleções (2011) no que tange a captação, reunião, tratamento e disseminação de todo conteúdo bibliográfico produzido e relacionado à Câmara dos Deputados.

O Diário da Câmara dos Deputados é a publicação mais importante produzida pela Câmara dos Deputados, pois retrata a instituição e suas atividades. No entanto, a coleção digital da publicação não está disponibilizada de forma a possibilitar a busca adequada de informações e, conseqüentemente, a disseminação desses conteúdos para a sociedade. Assim, a Biblioteca Pedro Aleixo tem o desafio de prover o cidadão de um instrumento de recuperação de informação que possibilite o acesso a conteúdos institucionais digitalizados que datam desde 1890.

Referencial Teórico

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo busca trazer a justificação teórica e conceitual adotada para a abordagem do tema proposto. Parte do levantamento e da análise da literatura publicada, de documentos e projetos institucionais, com vistas a fundamentar o desenvolvimento desse estudo.

2.1 Organização e Representação da Informação

A informação é um componente intrínseco de quase tudo que uma organização desenvolve e realiza para alcançar sucesso no seu negócio, seja no campo social, comercial ou institucional. É fundamental que as instituições compreendam os processos organizacionais e humanos pelos quais a informação se transforma em percepção, conhecimento e ação, para que reconheçam o papel estratégico de suas fontes e tecnologias da informação no desempenho da gestão corporativa (CHOO, 2006).

A importância da informação para as organizações é universalmente aceita, constituindo um recurso cuja gestão e aproveitamento colaboram, efetivamente, no processo decisório, na assertiva tomada de decisão que pode determinar o sucesso desejado. A informação nas organizações modernas e competitivas é reconhecida como um fator estruturante e um instrumento de gestão. Portanto a gestão efetiva de uma organização requer a percepção objetiva e precisa dos valores da informação e do sistema de informação (MORESI, 2000).

Nesse contexto, diante do desafio que a explosão do volume de informação e o surgimento da sociedade da informação impuseram às áreas de estudo da informação, um grupo de pesquisadores, no início da década de 1960, em evento do *Georgia Institute of Technology*, sugeriu como sendo competência da Ciência da Informação⁵:

investigar as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo e os meios para processá-la para seu acesso e uso ótimo. O processo inclui a geração, disseminação, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação e uso da informação. O campo se deriva, ou se relaciona, com matemática, lingüística, psicologia, tecnologia da computação, pesquisa de operações, artes gráficas, comunicação, biblioteconomia, administração e alguns outros campos (CONFORTI; ARTAZA, 1998?, p.8).

⁵ Conforme o registro oficial da Ciência da Informação, durante evento promovido pelo *Georgia Institute of Technology*, Estados Unidos (ROZADOS, 2003).

Atento a evolução das novas tecnologias aliadas à informação e comunicação, Saracevic (1996) redefine, nos anos 1990, a Ciência da Informação com um enfoque mais atual:

A Ciência da Informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltada para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais. (SARACEVIC, 1996, p. 47)

Gomes (2001) complementa que é função da Ciência da Informação possibilitar ou proporcionar a transformação da informação em conhecimento com o objetivo de promover uma mudança social. Afirma, ainda, que a informação é um artefato que, por ser elaborado em um processo de escolha, manipulação e registro de códigos num determinado suporte, exige um processo de confecção que tem como papel fundamental ligar ou religar as pessoas, culturas e sociedades separadas pelo tempo e espaço.

Robredo (2003) declara que a Ciência da Informação é o estudo da informação, com critérios, princípios e métodos científicos. A informação possui dimensões pessoais e coletivas que implicam a sistematização do conhecimento produzido. Essa sistematização requer um processo que, para Robredo (2003), inclui a origem, disseminação, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação e uso da informação. Gomes (2001) descreve esse processo como a reunião de princípios e práticas da produção, organização e distribuição, desde a geração até a utilização da informação, passando pela transmissão em uma variedade de formas por meio de diversos canais.

Vale lembrar que Paul Otlet e Henri LaFontaine, já no início do século XX, expandiram o conceito de informação ao transferir o foco do documento para o seu conteúdo, e, principalmente, evidenciaram a imprescindibilidade da organização, representação, armazenagem, recuperação e distribuição desses conteúdos pelos diversos canais de comunicação (FREIRE, 2006).

Sistematizar o ciclo da informação, mapear e modelar os seus processos com o propósito de organizar um ou mais domínios de informação é a via de acesso rápido e preciso à informação relevante, pertinente, significativa e útil que fundamentará a construção do conhecimento nas organizações. Informações, no escopo desse trabalho, são tratadas como estruturas significantes com a competência de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo ou sociedade. (BARRETO, 2005).

Reconhece-se, portanto, como fundamental um processo que dê suporte a esse fluxo de coleta, tratamento e recuperação dos objetos informacionais nas organizações, e que possibilite o acesso ao conhecimento nele contido. Bräscher e Café (2008) afirmam que o objetivo de organizar a informação é individualizar um objeto informacional dentre um conjunto de itens, com o propósito de recuperá-lo quando necessário. Além disso, conceituam:

Organização da Informação é um processo que envolve a descrição física e de conteúdos dos objetos informacionais. O produto deste processo descritivo é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico. (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008).

A informação registrada ou o objeto informacional precisa ser descrito, identificando as suas propriedades e os aspectos físicos e de conteúdo. Essa medida tem por objetivo localizar, recuperar, dar acesso e, por último, transformar o objeto informacional em conhecimento. Ao processo de descrição física e de conteúdo, a Ciência da Informação denomina “Representação da Informação”, mecanismo capaz de individualizar um objeto informacional de qualquer natureza: textos, imagens, registros em mídias diversas, por meio de um conjunto de elementos descritivos, amparados por linguagens que descrevem a informação (conteúdo) e linguagens que descrevem o documento ou item (suporte físico). A representação da informação é o conjunto de atributos que representa determinado objeto informacional, ou, segundo Svenonius (2000), suas propriedades, permitindo a recuperação dos registros de informação.

Alvarenga (2003) busca a definição para o termo representar: “ato de colocar algo no lugar de”, e sugere que o processo de representação pode ocorrer em tempos distintos: na produção dos registros de conhecimento (origem), na organização dos sistemas de informação (tratamento) e no acesso às informações pelos usuários (recuperação).

A descrição da informação, denominada por Bräscher e Café (2008) como “Representação da Informação” é base da organização da informação e, segundo Monteiro (2008), divide-se em duas etapas:

1. Descrição física: distingue as características físicas de um objeto informacional a partir da análise do tipo documental e da identificação das informações descritivas de título, autor, edição e data que retratam sua origem. Seu objetivo é fornecer uma representação única e não ambígua do objeto informacional para identificá-lo e localizá-lo.

2. Descrição temática: analisa o conteúdo do objeto informacional, identifica e seleciona conceitos e estabelece termos ou categorias para seu armazenamento. Seu objetivo é representar o conteúdo e a profundidade de sua abordagem.

A representação adequada, elaborada nas duas fases do tratamento intelectual do objeto informacional acima descritas, consolida o armazenamento e a organização da informação, qualificando, fortalecendo e dando credibilidade aos sistemas de representação e recuperação da informação. Há de se observar a adoção de padrões, normalizações específicas, instrumentos e procedimentos de descrição física e temática dos objetos informacionais, pois constituem entradas e pontos de acesso dos sistemas de informações. Esses objetos serão posteriormente recuperados, visualizados e utilizados por usuários de sistemas de informação. Nesse processo de representação, o objeto informacional, ou um conjunto deles, pode ser substituído por um lote de informações que remeteriam à sua localização na unidade de informação (ALVARENGA, 2003).

Percebe-se que a organização da informação descreve e representa cada objeto informacional na sua individualidade, mesmo que faça parte de uma unidade informacional ou um sistema de informação, considerando o seu domínio ou área do conhecimento. Cavalcante (2012), na sua análise acerca da dualidade conceitual entre organização da informação e organização do conhecimento esquematiza os atributos da Organização da Informação em três itens:

- a) Unidade: Objeto informacional. Suporte físico que contém informação registrada;
- b) Objetivo: Possibilitar o acesso à informação contida no objeto informacional;
- c) Produto: Representação da informação. Descrição física e de conteúdo de um objeto informacional.

Para Alvarenga (2006), a representação da informação por meio de elementos constitutivos fundamentais de descrição e temática é prática essencial nos sistemas de informações documentais para futura recuperação. Portanto, organizar a informação poderia garantir qualidade na recuperação da informação e na produção do conhecimento.

Taylor (2004) identifica seis funções da organização da informação registrada:

1. Identificar a existência de todo tipo de pacote informacional⁶ na forma como estão disponibilizados;
2. Identificar obras intelectuais contidas nesses pacotes informacionais;
3. Reunir, sistematicamente, os pacotes informacionais em coleções dispostas em bibliotecas, arquivos, museus, arquivos de Internet e outros repositórios;
4. Produzir listas desses pacotes informacionais, preparadas de acordo com padrões e regras para a citação;
5. Prover nome, título, assunto e outros critérios de acesso úteis para esses pacotes informacionais;
6. Prover meios de localizar cada pacote informacional ou uma cópia dele.

Taylor (2004) estabelece a organização como quesito para a recuperação adequada da informação. Nessa mesma direção se move Alvarenga (2006), ao ressaltar a necessidade da análise e organização da informação para a sua recuperação.

A organização da informação, tanto em ambiente tradicional, quanto no ambiente digital, ocorre em um sistema de informação constituído de componentes inter-relacionados para coletar (entrada), tratar (processamento) e disseminar (saída) informações, sob uma gestão (ARAÚJO, 1995 apud MONTEIRO, 2008).

Robredo (2003) afirma que a informação é indissociável de um sistema de informação, o qual é definido como uma entidade complexa e organizada que capta, armazena, processa, fornece, usa e distribui a informação. Victorino (2011) destaca a definição de Ludwig Von Bertalanffy, em sua obra *Teoria Geral dos Sistemas*, como um complexo de elementos em interação. Nas duas definições, assim como em outras tantas presentes na literatura, percebe-se a relevância de conceitos tais como: partes, todo, conjunto, componentes, interação, relação e organização, pensando na especificação, análise, desenvolvimento, implementação, implantação, manutenção e utilização de sistemas de informação.

À Ciência da Informação, no âmbito do tratamento e da representação da informação, cabe o desafio de mediar essa comunicação, tornando-se imperativa, segundo Alvarenga (2003), a construção de uma interface entre os acervos documentais e o usuário.

Para Lancaster e Warner (1993 apud Souza; Alvarenga 2004), os sistemas de recuperação da informação são uma interface entre uma coleção de objetos

⁶Informações registradas são denominadas por Taylor (2004, p.3) de “pacote informacional” (information package). Brascher e Café (2008, p.5) adotam o conceito de Taylor, mas preferem a denominação “objeto informacional”.

informacionais, impressos ou digitais, e uma população de usuários, garantindo a estes o acesso à informação.

Todo sistema de informação para ser efetivo deve ter uma fundamentação intelectual com propósitos bem definidos, garante Svenonius (2002). Normas e políticas devem estabelecer critérios, diretrizes e procedimentos para subsidiar a organização da informação nos sistemas, bem como preocupar-se em definir e formalizar instrumentos e recursos padronizados de suporte ao tratamento visando recuperar a informação que o usuário espera.

Lima-Marques e Macedo (2006) entendem sistema de informação como um conjunto de informações sistematicamente estruturado, servindo a propósitos bem definidos.

Svenonius (2001) acrescenta que é função da organização da informação, nos sistemas em questão, agrupar objetos informacionais que possuam características semelhantes, considerando a obra e as suas relações entre o conteúdo intelectual, os formatos distintos e as entidades que os descrevem, bem como oferecer, deste modo, um leque maior de opções de busca para o usuário. Os sistemas de informação devem oferecer ao consumidor, entre outras coisas, a possibilidade de localizar todos os documentos descritos pertencentes a um mesmo autor ou sobre determinado assunto, confirmar que a entidade descrita em um registro corresponde à entidade buscada e encontrar obras relacionadas por generalização, associação e agregação (SVENONIUS, 2001 apud MONTEIRO, 2008).

Essa visão decorre da análise dos objetivos de um sistema de informação propostos no relatório final do estudo FRBR: Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos, elaborado pela *International Federation of Library Associations* (IFLA), em 1998. Segundo Moreno e Arellano (2005), o documento representa um avanço significativo na área de representação bibliográfica, pois introduz conceitos e definições de entidades, relacionamentos e atributos, lançando um novo olhar sobre o objeto bibliográfico, centrado no usuário e suas ações.

Incrementa, portanto, as potencialidades de um sistema de informação, amplia o acesso ao universo informacional relevante e foca a independência do usuário na recuperação da informação, pois a partir da reestruturação dos registros de representação dos objetos informacionais, de maneira a refletir a estrutura conceitual das buscas dos usuários, estabelece como são construídas as relações e associações atribuídas a um objeto informacional, possibilitando ao usuário navegar entre eles, independentemente de formato, material ou suportes físicos. A esse respeito, assevera Alvarenga (2003).

São essas unidades de pensamento, registros do conhecimento humano, e as relações entre elas, como se apresentam nas páginas dos documentos e na mente do usuário, preocupações basilares do trabalho desenvolvido pelos profissionais responsáveis pelo tratamento da informação.

Para o desenvolvimento de sistemas de informação (em especial os sistemas de representação e recuperação de informação) existem recursos que têm por finalidade possibilitar a representação da informação, facilitando a identificação e o acesso aos objetos informacionais relevantes dentre todos do conjunto de uma unidade de informação.

Assim, Souza e Alvarenga (2004) enfatizam a diferença entre sistemas de recuperação de dados, nos quais é suficiente uma determinada condição a ser satisfeita para uma resposta exata, resultante de uma busca completa e exaustiva, e os sistemas de recuperação da informação, que lidam com dificuldades decorrentes e intrínsecas ao conceito de informação e determinação da real necessidade do usuário, remetendo aos conceitos de revocação⁷ e precisão⁸.

Não se pode olvidar que um novo contexto surgiu, decorrente da expansão do ilimitado e mutante mundo digital, e das inúmeras possibilidades tecnológicas que se apresentam e incidem diretamente na produção do conhecimento, reverberando nos processos de captação, armazenagem, representação e recuperação de objetos informacionais, ensejando mudanças nos produtos ofertados pelos sistemas e unidades de informação.

Nesse novo cenário, a representação da informação, a partir de uma análise e tratamento diferenciados, não se constitui mais em uma nova informação condensada que representa e, de certa forma, substitui um documento, mas ela pode ser parte intrínseca, constitutiva do próprio item. (ALVARENGA, 2003).

Milstead (1999) afirma que o paradigma da biblioteca digital é diferente do da biblioteca tradicional. Enquanto está transpunha muros para atender seus usuários, rompendo barreiras por meio de catálogos em linha, convênios e redes de informação para ter acesso a um número cada vez maior de objetos informacionais, o espaço digital se vê impelido a limitar ou circunscrever um segmento definido e identificável de objetos de tipologia múltipla e complexidade variada.

O ambiente digital, constituído de acervos particulares ou institucionais, se expande ilimitadamente, e as técnicas biblioteconômicas tradicionais de tratamento e representação da informação são consideradas ferramentas caras e intempestivas

⁷Razão do número de objetos informacionais atinentes recuperados sobre o total de objetos informacionais atinentes disponíveis no sistema de informação.

⁸Razão do número de objetos informacionais atinentes recuperados sobre o total de objetos informacionais recuperados.

para acompanhar a velocidade da informação disponibilizada na Internet, considerada, por vezes, transitórias e de proveniência pouco segura.

A mudança de paradigma quanto à materialidade dos objetos informacionais modifica e amplia as possibilidades de tratamento e registro da informação, envolvendo novos elementos e estruturas facilitadoras da representação e recuperação do objeto informacional digital.

Vickery (1986) exemplifica alguns deles: a estrutura dos registros e arquivos em bases de dados; as estruturas de dados em programas de computador; as estruturas semânticas e sintáticas da linguagem natural; a representação do conhecimento utilizando-se da inteligência artificial; os modelos de memória humana.

Nesse sentido, a Ciência da Computação procura encontrar soluções de tecnológicas que permitam a classificação automática dos objetos informacionais digitais dispersos no universo *www.* e, ainda, disponibilizem um mecanismo de busca ou sistema de descoberta eficiente que garanta uma recuperação de informação eficaz. (ALVARENGA, 2006; VICKERY (1986); LANCASTER (1993).

Ciência da Informação e Ciência da Computação se unem de maneira a propor, em parceria, soluções que viabilizem a organização da informação pautada pela liberdade que o meio digital propicia, a partir da utilização de recursos, métodos e padrões de descrição, representação, intercâmbio e recuperação de informação eletrônica.

Souza e Alvarenga (2004) agrupam os recursos em metadados descritivos e ontologias, e enfatizam que a utilização desses recursos é condição para aumentar as possibilidades de associações e significados dos documentos e entre os sistemas de informação, a partir da adoção de padrões tecnológicos, de linguagem e de metadados.

Victorino (2011) trata como recursos reconhecidamente mais utilizados para a representação da informação nos sistemas automatizados de informação os metadados, o tesouro, a taxonomia, a ontologia, a administração de dados e a usabilidade.

Para o contexto desse trabalho, apresentaremos, a seguir, a definição, descrição e finalidade dos recursos, padrões e instrumentos mais significativos:

1. Metadados:

- ✓ Dados sobre dados;
- ✓ Dados que fornecem informações sobre a documentação ou outros dados gerenciando um aplicativo ou um ambiente (MORVILLE; ROSENFELD, 2006);

- ✓ Conjunto de atributos, mais especificamente dados referenciais, que representam o conteúdo informacional de um recurso, e que pode estar em meio eletrônico ou não (ALVES, 2010);
 - ✓ Especifica características dos dados que descrevem, a forma como os dados serão utilizados, exibidos, ou mesmo, seu significado em um contexto (SOUZA; ALVARENGA, 2004);
 - ✓ Foram desenvolvidos para racionalizar, diferenciar e tratar a massa fenomenal de informações (SIMIONATO, 2011).
2. Padrões de metadados ou formatos de metadados:
- ✓ Estruturas padronizadas para a representação do conteúdo informacional que será identificado pelo conjunto de dados-atributos (ALVES, 2010);
 - ✓ Orientam e auxiliam na forma de descrição de cada tipo de informação (SIMIONATO, 2011);
 - ✓ Foram desenvolvidos para resolver problemas de nomenclaturas diferentes e situações em que a interpretação dos dados de maneira unívoca não é possível, isto é, compartilha um significado consensual e inteligível de forma não ambígua entre todos os participantes de uma comunidade (SOUZA; ALVARENGA, 2004).
3. Ontologia:
- ✓ Teoria sobre a natureza da existência. *Onto* (ser) e *logia* (discurso escrito ou falado). Estudo do ser enquanto ser;
 - ✓ Estruturas de organização da informação, baseadas em conceitos e seus relacionamentos;
 - ✓ Ontologia é uma especificação formal e explícita de uma conceitualização de um domínio (GRUBER, 1993);
 - ✓ Uma visão abstrata e simplificada do mundo que se deseja representar (ALMEIDA; BAX, 2003);
 - ✓ O papel da ontologia é facilitar a construção de um modelo de domínio por meio de representação de um vocabulário de termos e relações (STUDER *et al*, 2004);
 - ✓ O objetivo de sua construção é a necessidade de um vocabulário compartilhado para se trocarem informações entre os membros de uma comunidade, sejam eles humanos ou agentes inteligentes. Habilita o compartilhamento e o reuso do conhecimento (SOUZA; ALVARENGA, 2004).
4. Tesouro:

- ✓ Linguagem documentária dinâmica que contém termos relacionados semântica e logicamente, cobrindo de modo compreensivo um domínio do conhecimento (GOMES, 1990);
- ✓ Lista estruturada de termos, associada e empregada por analistas de informação e indexadores para descrever um documento com a desejada especificidade, em nível de entrada, e para permitir aos pesquisadores a recuperação da informação que procuram (CAVALCANTI, 1978);
- ✓ Forma consistente e lógica de propor a organização de um domínio, já que são formulados segundo princípios lógico-semânticos, através dos quais é possível constituir um todo significativo (LARA, 2002);
- ✓ Melhora a navegação e recuperação, compartilha uma herança comum ao texto referência, mas com formas e funções diferentes, quando integrado a um sítio (MORVILLE; ROSENFELD, 2006);
- ✓ Um dos objetivos principais do tesauro é dar assistência ao processo de indexação e recuperação de documentos (ROBREDO, 2005).

5. Taxonomia:

- ✓ Classificação sistemática conceituada no âmbito da Ciência da informação como ferramenta de organização intelectual (CAMPOS; GOMES, 2008);
- ✓ Apresenta seus termos organizados em hierarquias de classes, nas quais as classes estão localizadas nos níveis mais acima, enquanto as subclasses estão nos níveis mais abaixo (VICTORINO, 2011);
- ✓ Esquema de classificação para representar um arranjo de termos preferenciais (MORVILLE; ROSENFELD, 2006);
- ✓ É a organização de termos em categorias e subcategorias para refletir a linguagem, cultura e objetivos particulares (EDOLS, 2001 *apud* MONTEIRO, 2008);
- ✓ Controla a pluralidade de definições para um mesmo conceito e oferece um mapa da área de conhecimento a qual se refere (TERRA, J.C.C. *et al.*, 2005).

6. Usabilidade

- ✓ Medida na qual um produto pode ser usado por usuários específicos para alcançar objetivos específicos com eficiência,

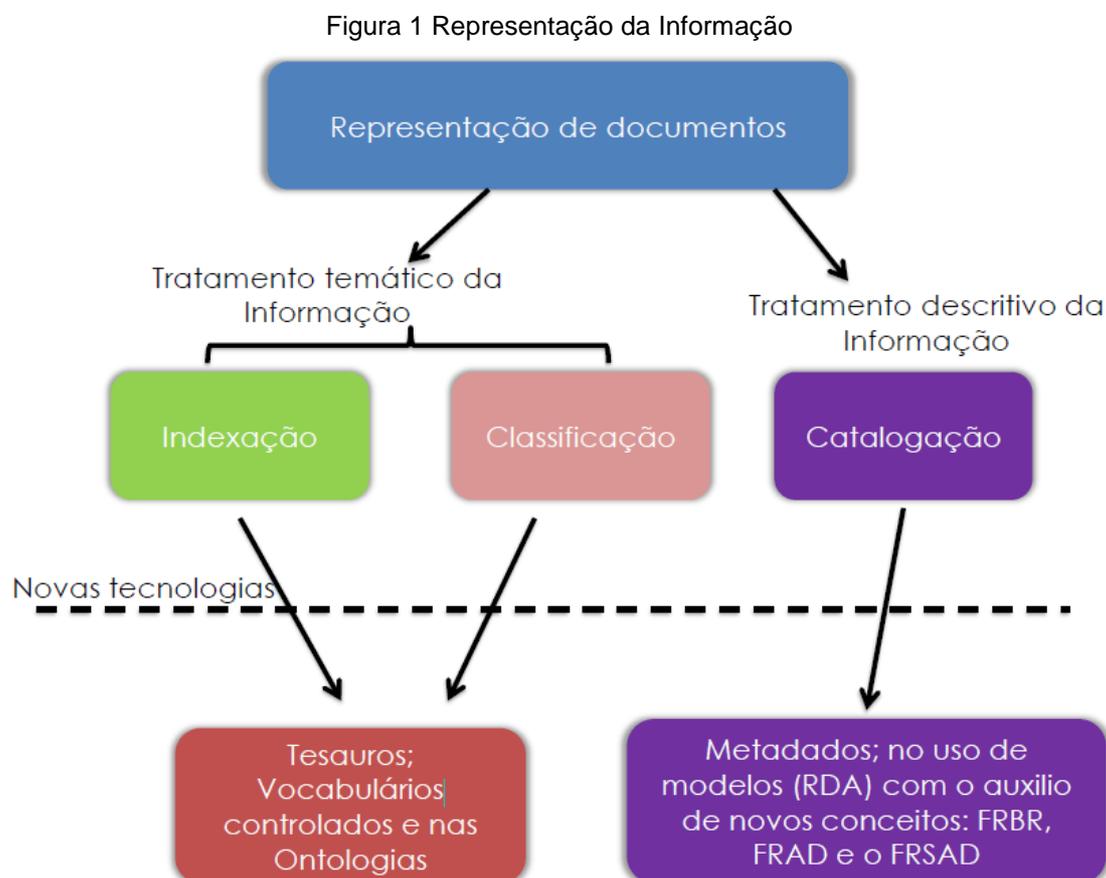
eficácia e satisfação em um contexto específico de uso (ISO 9241-11,1998);

- ✓ Sinônimo de facilidade de uso (VICTORINO, 2012);
- ✓ Capacidade, em termos funcionais humanos, de um sistema ser usado com facilidade e com eficiência pelo usuário (SANTOS, 2006);
- ✓ Relaciona-se ao usuário e ao contexto de uso, observando a necessidade de informação do usuário, os estudos do comportamento de busca e uso de informação, e a avaliação de sistemas, considerando o usuário como componente essencial no processo de interação (PEREIRA, 2011);
- ✓ Qualidade da interação dos usuários com uma determinada interface (BEVAN,1995 *apud* VICTORINO, 2012);
- ✓ Observância dos 10 princípios, denominados Heurísticas de Nielsen, para o desenvolvimento de sistemas (GUEDES 2008):
 1. Diálogos simples e naturais;
 2. Adotar a linguagem do usuário;
 3. Minimizar a sobrecarga de memória do usuário;
 4. Consistência;
 5. *Feedback*;
 6. Saídas claramente marcadas;
 7. Atalhos;
 8. Boas mensagens de erro;
 9. Prevenir erros;
 10. Ajuda e documentação.

Victorino e Bräscher (2009) sintetizam que as ontologias permitem o aprimoramento das buscas realizadas pelos usuários com a delimitação do contexto. Os tesauros, por sua vez, permitem ao usuário encontrar o termo que represente um determinado significado para o que procura. As taxonomias navegacionais possibilitam aos usuários leigos navegarem pelo conteúdo do repositório que, em um processo de retroalimentação, são posteriormente criadas a partir do comportamento do usuário. Já as taxonomias descritivas auxiliam os especialistas em suas buscas por informações.

Na figura 01, a seguir, Simionato (2001) sistematiza a representação da informação, contemplando o tratamento descritivo e temático do objeto informacional. Nesse sentido, apresenta, ainda que panoramicamente, os subsídios das técnicas tradicionais de catalogação, classificação e indexação da biblioteconomia, e as

linguagens e os padrões contemporâneos propostos para representação dos objetos informacionais digitais, decorrentes do aproveitamento das novas tecnologias, que, se usadas adequadamente, possibilitam o compartilhamento e o reuso das informações em sistemas de informação interoperáveis.



Fonte: Simionato (2011)

Bräscher e Victorino (2009) são categóricos em afirmar que as organizações devem compreender que, no desenvolvimento dos sistemas de informação, a preocupação com o uso de linguagens documentárias, definições consensuais e padrões de metadados, contemplando os aspectos relacionados à modelagem da informação⁹, é fator determinante para a construção de sistemas conectados, interoperáveis, evitando um conjunto de ilhas em uma mesma organização. Para Pressman e Lowe (2009), o uso de taxonomias, ontologias e vocabulários controlados outorga certo caráter de formalismo ao modelo de organização de informação que se deseja implantar na organização.

⁹Conjunto de procedimentos, técnicas, ferramentas e documentos auxiliares que ajudam os profissionais de informação em seus esforços para representar o domínio observado e os objetos informacionais pertencentes a este domínio. A modelagem da informação contempla tanto a descrição física, características físicas do meio e do formato em que a informação está registrada, quanto a descrição do conteúdo informacional.

A explosão informacional decorrente do crescimento contínuo e exponencial da produção intelectual e do conhecimento gerado foi e permanece sendo um desafio para a Ciência da Informação e áreas afins, partícipes e fronteiriças, haja vista questões tecnológicas, de comunicação, de recursos humanos e materiais para organizar, disponibilizar, compartilhar e dar acesso aos conteúdos que atendam às necessidades específicas de cada usuário. Em uma sociedade em rede, encontrar soluções para os sistemas de recuperação da informação, as quais absorvam todas as expectativas de excelência da organização da informação e que contemplem o uso dos recursos, instrumentos e padrões para a representação da informação, é problema das ciências que têm por objeto de estudo a informação.

As organizações modernas que estão atentas à Gestão do Conhecimento organizacional alinhada à gestão estratégica, e que percebem a informação como insumo competitivo, não aceitam que esses recursos estejam acumulados em seus sistemas de informação sem que sejam transformados e utilizados como um diferencial para a organização.

A transformação eficiente e eficaz desses recursos informacionais em conhecimento acessível, que resulte em melhor desempenho da organização, passa pelo domínio da Arquitetura da Informação, argumentam Lima-Marques e Macedo (2006).

Planejar coerentemente a organização dos recursos e sistemas informacionais a partir de decisões estratégicas com o objetivo claro de sua utilização para a tomada de decisões determina a complementariedade das áreas de Gestão do Conhecimento e Arquitetura da Informação.

2.2 Arquitetura da Informação

O termo “Arquitetura da Informação” foi formalizado, em 1976, pelo arquiteto Richard Saul Wurman, apesar de a temática ser objeto de discussão desde os primeiros anos de 1960. Na sua visão, o arquiteto da informação teria como tarefa a reunião, a organização e a apresentação da informação. A Arquitetura da Informação seria uma expansão da profissão da arquitetura, porém aplicada à informação e as competências seriam organizar padrões inerentes aos dados, tornando clara sua complexidade e criar estruturas ou planejamento de informações que permitam aos outros encontrar seus caminhos pessoais para o conhecimento (WURMAN, 1996, apud LIMA-MARQUES; MACEDO, 2006).

Ícones no campo da Arquitetura da Informação, Rosenfeld e Morville (1998) apontam a interdisciplinaridade como característica desta área de atuação e, sob um viés voltado para conteúdos da web, definem Arquitetura de Informação como:

- ✓ A arte e ciência de estruturar e classificar *Web sites* e Intranets para ajudar as pessoas a encontrar e gerenciar informações;
- ✓ A combinação de organização, rotulagem e esquemas de navegação dentro de um sistema de navegação;
- ✓ O projeto estrutural de um espaço de informação para facilitar a realização da tarefa e o acesso intuitivo ao conteúdo;
- ✓ Uma disciplina e comunidade de prática emergente, focalizando levar princípios de projeto de arquitetura ao panorama digital, comunidades *online* e *software* para dar suporte à usabilidade e facilidade de obtenção de informações (ROSENFELD; MORVILLE, 1998 apud PRESSMAN; LOWE, 2009).

Adaptado para o meio acadêmico, Lima-Marques e Macedo (2006) conceituam Arquitetura da Informação como uma metodologia para a estruturação de sistemas de informação aplicada a qualquer tipo de ambiente informacional, sendo este compreendido como espaço que integra contexto, conteúdos e usuários.

Num contexto organizacional, Brancheau e Wetherbe (2009) entendem a Arquitetura da Informação como um plano para modelagem dos requisitos informacionais de uma organização. Esse plano prevê um modo de mapear as informações necessárias à organização, relativas aos processos de negócio e de documentar seus inter-relacionamentos (BRANCHEAU; WETHERBE, 1986 apud VICTORINO; BRÄSCHER 2009).

McGee e Prussak (1994) afirmam que “pensar sobre Arquitetura da Informação sob uma perspectiva de processo permite também que se pense sobre o desenvolvimento da Arquitetura da Informação por etapas, de uma forma evolutiva”

A estrutura orientada por processos, que surge como forma organizacional dominante no século XXI, permite um panorama global e dinâmico do funcionamento da organização. Essa abordagem, segundo Victorino (2012)

exige que as interfaces entre as áreas funcionais sejam continuamente melhoradas e que o fluxo de trabalho permeie as diversas unidades funcionais, por meio de movimentos rápidos e eficientes de informação[...]atingindo o máximo de reuso.

Nesse contexto estão os sistemas de informação corporativos que devem estar amparados em uma Arquitetura da Informação que dê suporte às inter-relações dos sistemas e a sua interoperabilidade, aumentando as possibilidades de

recuperação de documentos e maior funcionalidade nos portais corporativos, tecnologia-símbolo da Gestão do Conhecimento. Segundo Souza e Alvarenga (2004), estes sistemas corporativos surgem da convergência da tecnologia da informação e da administração, situando-se nos campos da cultura organizacional, estratégia, sistemas de informação, educação corporativa e recursos humanos, sob a orientação da Ciência da Informação. Utiliza-se das ontologias e dos metadados para tornar eficiente, deste modo, a tarefa de explicitar, classificar e armazenar o conhecimento produzido pelos ativos de capital intelectual organizacional (SOUZA; ALVARENGA, 2004).

McGee e Prussak (1994) acreditam que um processo de implantação de Arquitetura da Informação bem definido, resultado de um ato consciente, coerente e unificado, propicia à organização a compreensão e o uso de uma única linguagem, bem como permite que todas as unidades da estrutura organizacional utilizem a informação para a tomada de decisões significativas. A Arquitetura da Informação, segundo os mesmos autores, poderá tornar-se uma ferramenta essencial para a exploração estratégica da informação.

A Arquitetura da Informação fornece suporte às ações da gestão de recursos de informação e do conhecimento de forma a promover acessibilidade à informação armazenada e garantir a eficácia do processo decisório nas organizações, afirmam Lima-Marques e Macedo (2006). É sabido que essas ações são vitais para o monitoramento dos ambientes interno e externo à organização e conseqüentemente para a gestão estratégica do negócio (SOUZA; ALVARENGA, 2004).

Nesse panorama de construção de uma estrutura informacional coordenada e concatenada, os objetos informacionais provenientes daquelas fontes de informação internas e externas devem passar por um processo de análise, síntese e representação para geração e armazenamento de metadados no repositório institucional de informação, que pode ser manual, automático ou misto. Victorino (2011) ressalta o papel fundamental da tecnologia nesse processo de criação e desenvolvimento da Arquitetura da Informação, mas alerta que o objetivo da Arquitetura da Informação é:

a organização e armazenagem dos objetos informacionais estruturados, semi-estruturados e não estruturados em repositórios informacionais providos de consistência, compartilhamento, documentação, privacidade e recuperação eficaz de seus conteúdos, sem se ater à técnicas e métodos específicos de modelagem de dados ou arquitetura de sistemas de informação. (VICTORINO, 2011 p. 95)

De maneira sintética, McGee e Prussak (1994) ressaltam a autonomia da Arquitetura da Informação em relação à Arquitetura de Sistemas de Informação, já que está se ocupa da infra-estrutura de tecnologia e da modelagem de dados. Na ausência de uma Arquitetura da Informação compreensível, a área tecnológica não poderá construir a ponte entre as novas tecnologias e as orientações estratégicas.

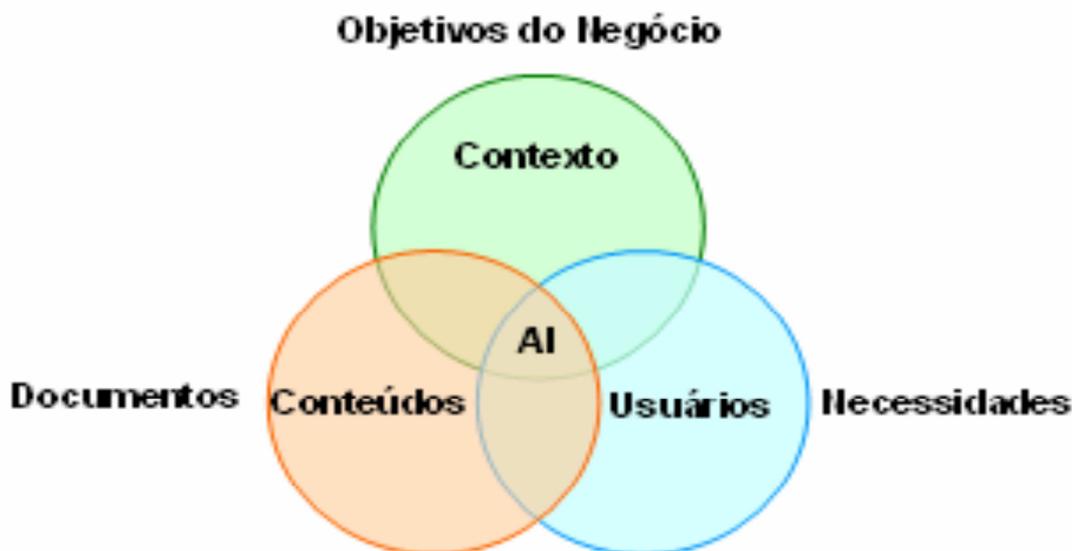
A necessidade da Arquitetura da Informação se fazer compreensível está associada aos tipos de indivíduos que recorrem a ela. Além daqueles que necessitam de uma informação, são usuários os desenvolvedores de sistemas automatizados de informação, que buscam na Arquitetura da Informação estruturas de organização e armazenamento que possam ser compartilhadas, permitindo, desse modo, a integração e a interoperabilidade dos diversos sistemas de informação. O produto final da Arquitetura da Informação auxilia a comunicação entre o arquiteto, o cliente e os especialistas técnicos (MCGEE; PRUSSAK, 1994)

McGee e Prussak (1994) sugerem oito objetivos de uma Arquitetura da Informação:

- ✓ Definir o espaço de informação da organização em termos de domínios de interesse de informações essenciais e vias essenciais de fluxo de informação;
- ✓ Definir os limites críticos do espaço de informação da organização (o que está dentro e o que está fora dele);
- ✓ Identificar as estratégias para a definição das origens, filtragem e redução;
- ✓ Eliminar ruídos das informações;
- ✓ Tornar o comportamento da informação desejada mais fácil;
- ✓ Tornar o comportamento das informações indesejáveis mais difícil;
- ✓ Aperfeiçoar a adaptabilidade, estabelecendo, claramente, premissas e políticas de informação, e;
- ✓ Aperfeiçoar as comunicações gerenciais, definindo claramente modelos de informação compartilhada.

A figura 2 ilustra o modelo proposto por Rosenfeld e Morville (2002) para representar a Arquitetura da Informação.

Figura 2 Modelo de Arquitetura da Informação



Fonte: Rosenfeld; Morville (2002)

Desenhado em um diagrama de Venn estão representados em esferas os três elementos de uma Arquitetura da Informação: o contexto, o conteúdo e o usuário, formando, na interseção, a delimitação do ambiente da Arquitetura da Informação. Victorino (2011) explica que o contexto são os objetivos do negócio da organização, o conteúdo se reporta a natureza e ao volume de informações existentes, bem como a sua taxa de crescimento, e o usuário, por sua vez, deve ser entendido em suas necessidades. Dentro dessa perspectiva, um projeto de Arquitetura de Informação corporativo para obter sucesso deve, necessariamente, contemplar os três níveis do modelo proposto.

A partir da compreensão desses três elementos, cabe à Arquitetura da Informação especificar e configurar os sistemas de informação com base no contexto, conteúdo e uso, como definido anteriormente. Sua função, portanto, é a de estruturar um ambiente informacional que viabilize os processos de gestão que, para serem eficazes, devem considerar a integração das informações organizacionais e externas, o mapeamento dos sistemas e recursos informacionais e a dinâmica dos fluxos de informação com a intenção de direcioná-los às necessidades dos usuários, preferencialmente, no apoio às decisões (LIMA-MARQUES; MACEDO, 2006).

Da análise do modelo apresentado e de acordo com as definições e objetivos apresentados, a Arquitetura da Informação tem como missão promover a acessibilidade à informação armazenada para garantir a eficácia do processo

decisório, participando e viabilizando as ações de um programa de Gestão do Conhecimento.

Lima-Marques e Macedo (2006) definem Gestão do Conhecimento como um conjunto de atividades que buscam planejar e controlar a obtenção, o tratamento e a distribuição de informações por meio de produtos e serviços com valor agregado, com a finalidade de dar suporte à tomada de decisão.

A Gestão do Conhecimento e Arquitetura da Informação atuam nas organizações em um mesmo espaço informacional, fazendo parte de processos distintos, mas exibindo uma interdependência entre os processos. A Arquitetura da Informação oferece à Gestão do Conhecimento o seu arcabouço metodológico e funcional para dar suporte a seus processos. A Gestão do Conhecimento, por sua vez, gera o conhecimento sistematizado que serve de insumo para inovações e melhorias a serem implementadas pela Arquitetura da Informação. Em resumo, pode-se afirmar que os processos de Gestão do Conhecimento ocorrem em nível analítico e estratégico, ao passo que os de arquitetura se dão em nível tático e operacional, em um processo complementar (LIMA-MARQUES; MACEDO, 2006).

Essa abordagem culminou na identificação das relações e da interdependência entre os processos de trabalho que, quando bem desenvolvidos, brindam as organizações com um programa eficiente de gestão da informação e do conhecimento.

No panorama informacional que se desenha, cabe às áreas da Ciência da Informação desenvolver estratégias e envidar esforços para que as organizações compreendam o valor da informação organizada e concretizem um modelo de gerir a informação e o conhecimento em benefício da organização e da sociedade em geral.

2.3 Publicação Oficial

Há 60 anos Gilberto Freyre (1975, p.10) se referia às publicações oficiais brasileiras como “Publicações oficiais, essas desconhecidas”. Valia-se da realidade das edições oficiais que, apesar de publicadas, eram de pouca visibilidade e de difícil acesso, além de serem descontinuadas.

Em 1975, os pesquisadores e membros do Primeiro Seminário de Publicações Oficiais Brasileiras (SPOB) preocuparam-se em definir as Publicações Oficiais e assim o fizeram:

Documentos bibliográficos e não bibliográficos produzidos e/ou editados sob a responsabilidade, a expensas ou por ordem dos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, como também de entidades dotadas de personalidade jurídica própria -de qualquer

forma vinculadas a administração pública- nos níveis federal, estadual e municipal, incluindo os Territórios e o Distrito Federal (CAVALCANTI, 1981, p. 2)

Segundo Johansson (1982), após três anos de discussão, a Seção de Publicações Oficiais da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas¹⁰ (IFLA) apresenta a seguinte definição para Publicações Oficiais:

Uma publicação oficial é qualquer documento, impresso ou produzido por qualquer outro método reprográfico em múltiplas cópias, emitido por uma organização considerada organismo oficial e disponível para um público ainda maior do que o próprio organismo. (Tradução nossa)

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) estabelece em 1986, que Publicação Oficial é

todo documento impresso por qualquer processo, convencional ou não, produzido e/ou editado sob a responsabilidade, a expensas ou por ordem de qualquer entidade, seja de administração direta ou indireta, nos níveis federal, estadual ou municipal.¹¹

Posteriormente, a ABNT publica a Norma NBR 13031 (1993), fixando condições exigíveis para possibilitar aos editores a aplicação de regras padronizadas para apresentação de publicações oficiais brasileiras, em benefício da preservação da memória nacional.

Diante de diversas e dispersas definições presentes na literatura nacional e estrangeira sobre tal objeto, Alvarenga (1993) relata a análise de seis categorias de atributos identificados nos conceitos relacionados às publicações oficiais com a finalidade de consolidar e apresentar no VII Seminário de Publicações Oficiais Brasileiras (SBPO) uma definição abrangente para Publicações Oficiais para uso no Brasil. As categorias foram, assim, discriminadas:

Categoria 1: Suporte físico e tipo de impressão: Documentos bibliográficos e não-bibliográficos¹²; impressos tipograficamente ou por qualquer outro processo mecânico ou químico;

Categoria 2: Finalidade e tipo de comunicação que veicula: Elaborados com a finalidade de transmitir qualquer forma de comunicação (atas, anais, planos, relatórios, prestações de contas, etc), cujos conteúdos se destinem a regulamentar o Estado, informar ou agir sobre a opinião pública, gerar direitos e obrigações, prestar

¹⁰<http://www.ifla.org/about>

¹¹Projeto 14:02.05-001

¹²Código de Catalogação Anglo-Americano (CCAA2), 2. ed.

contas de atos administrativos, e divulgar estudos, projetos, pesquisas e trabalhos técnicos;

Categoria 3: Público a que se destina: Destinados ao público interno, à instituição ou ao público externo do país ou exterior;

Categoria 4: Participação da entidade no processo de produção da publicação;

Categoria 5: Características da apresentação física: Documentos cuja apresentação física obedeça à Norma de Apresentação de Publicações Oficiais, da ABNT, e que tenham sido aprovados por um Comitê Editorial, nomeado de acordo com a norma vigente;

Categoria 6: Tipos de entidades produtoras: Produzido e/ou editado sob a responsabilidade, as expensas (orçamento), por ordem (encomenda), ou com a participação (co-edições) dos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, como também de entidades dotadas de personalidade jurídica própria, de qualquer forma vinculadas à administração pública, nos níveis federal, estadual, municipal, incluindo os territórios e o Distrito Federal, de acordo com a estrutura da administração pública do País.

Em Sessão Plenária no VII SBPO, o estudo foi apresentado, resultando na aprovação da definição para Publicações Oficiais para uso no Brasil:

Publicações governamentais são documentos bibliográficos e não bibliográficos produzidos por qualquer processo, editados sob a responsabilidade, a expensas, por ordem ou com a participação dos órgãos da administração pública, ou de entidades por ela controladas, com o objetivo de registrar a atuação do Estado e de informar ou orientar a opinião pública sobre a mesma (ALVARENGA, 1993).

O Arquivo Nacional também sentiu a necessidade de definir esse tipo de documento oficial para o desenvolvimento de suas competências, considerando publicações oficiais todos os documentos impressos produzidos pelos órgãos dos poderes da União no desempenho de suas funções e atividades e publicadas às suas expensas (BRANDÃO, 1990). Em outros termos, Publicações Oficiais são aquelas advindas da administração Pública Federal direta e indireta, decorrentes da necessidade de controle da elaboração e execução dos atos administrativos, destinadas ao conhecimento público e divulgação, e geradoras de direito e obrigações.

Na Câmara dos Deputados, o Ato da Mesa Diretora nº 50 de 2012 instituiu a política editorial dos produtos bibliográficos oficiais da Câmara dos Deputados. Neste Ato, consideraram-se produtos bibliográficos oficiais as publicações oficiais de caráter técnico, científico, informativo, normativo, histórico, político, educativo, cultural,

artístico e literário, em diferentes formatos ou suportes, relacionadas à missão institucional da Câmara dos Deputados.

No curso da formatura de novas definições, verifica-se algo comum, que é a preocupação com o registro das atividades desenvolvidas pelos governos no decorrer da aplicação de suas ações, não tão somente para divulgação e conhecimento dessas ações, mas também pela intenção de preservar a memória nacional por meio das publicações oficiais.

Dentro dessa perspectiva utilitária, Rocha (1974), compreende e defende, de modo particular, a publicação oficial como um documento de pesquisa, espelho das atividades governamentais, que reflete as transformações histórico-social-econômicas e administrativas do Estado. É, portanto, o registro das informações geradas por políticas, planos e realizações de governos, os quais geram decisões e atos legais que conduzem ou modificam o comportamento da sociedade. Garcia-Marco (2002) destaca o seu caráter funcional, ao arrolar os seus objetivos: informar audiências públicas; dar conhecimento de normas e leis, e disponibilizar resultados.

No âmbito das leis, a publicação oficial se interpõe entre o interesse do Estado em assegurar que a população disponha de um instrumento que lhe possibilite o conhecimento dos seus direitos e deveres perante o Poder Público, assim como o direito do cidadão dispor de um recurso que lhe garanta o acompanhamento sobre a prestação de contas da Administração Pública, em qualquer dos seus poderes e níveis, permitindo o controle e a responsabilização quanto às decisões governamentais, a transparência das ações e a publicidade dos atos administrativos (GARCIA-MARCO, 2002).

Segundo Bastos (2010) a publicidade dos atos estatais é preocupação no Estado de Direito, já que protege os interesses individuais e da coletividade no exercício do controle sobre os atos próprios da administração pública. De fato, o dispositivo que assegura o direito à informação não é somente de interesse particular, mas, também, de interesse coletivo ou geral, e amplia a possibilidade de controle popular da administração pública (DI PIETRO, 2013).

Para Meirelles (2010), a publicidade, como princípio da administração pública, abrange toda a administração estatal, não só sob o aspecto de divulgação oficial de seus atos como, também, de propiciação de conhecimento de conduta interna dos seus agentes. É importante discernir publicidade e publicação, pois a publicidade traduz a essência da Administração Pública, enquanto a publicação constitui a forma para dar visibilidade à publicidade, mediante um meio de divulgação de matéria oficial (CLÉVE, 2000).

O papel da publicidade como parte de um processo legitimante do exercício do poder público é ressaltado por Moreira Neto (2001), ao reconhecer a possibilidade da participação do cidadão de forma organizada ou em grupos na ação do Estado, materializado nas audiências públicas. Ressalta que essa manifestação só é possível a partir da publicidade dos atos do Estado que antecede a edição e publicação do ato.

A publicação tem como finalidade divulgar os atos estatais pela forma escrita e nos meios oficialmente determinados, de maneira que somente após a publicação do ato é que poderá seu cumprimento ser exigido dos cidadãos, o que não se dá com a divulgação dos atos administrativos em boletins (ROCHA, 1994).

A publicidade que produz efeito é a do órgão oficial da Administração, o qual inclui, não apenas o Diário Oficial das entidades públicas, publicado, seja pela forma impressa ou eletrônica, como, também, os órgãos contratados para essas publicações oficiais (MEIRELLES, 2010). Da mesma maneira, assevera Moraes (1999), o princípio da publicidade é respeitado quando os atos da administração pública são inseridos no Diário Oficial do respectivo órgão.

A Constituição Federal de 1988 trata da garantia do acesso à informação no art. 5º, inciso XVI, e, também, nos incisos XXXIII, quanto a obtenção de informações de interesse particular e geral perante os órgãos públicos e LX no que tange à publicidade dos atos processuais, bem como no art. 93, IX dos julgamentos públicos do Poder Judiciário. Porém, é no art. 37, *caput* que há manifestação expressa da publicidade como um princípio da administração pública e que se aplica, indiscriminadamente, a todos os Poderes e entes federados, órgãos da administração direta e indireta, com ressalvados os critérios de sigilos estabelecidos por atos legais (SOARES, 2008).

Os atos legislativos também se curvam a esse princípio, afirma Soares (2008). Desse mesmo modo, interpreta Wlassak (2002), quando remete às votações e aos pronunciamentos no poder legislativo e complementa “é atentatório à transparência dos atos públicos qualquer votação secreta, e, até mesmo as votações simbólicas das lideranças dos partidos”.

Na Câmara dos Deputados, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) acata e disciplina o princípio da publicidade, especificando explicitamente essas restrições no art. 98, §§ 5º e 6º:

Art. 98

§ 5º Não se dará publicidade a informações e documentos oficiais de caráter reservado. As informações solicitadas por Comissão serão confiadas ao Presidente desta pelo Presidente da Câmara para que as leia a seus pares; as solicitadas por Deputado serão lidas a este

pele Presidente da Câmara. Cumpridas essas formalidades, serão fechadas em invólucro lacrado, etiquetado, datado e rubricado por dois Secretários, e assim arquivadas.

§ 6º Não será autorizada a publicação de pronunciamentos ou expressões atentatórias do decoro parlamentar, cabendo recurso do orador ao Plenário.(BRASIL, 2013, p. 85)

Nos demais casos, o registro e a publicidade constitucional e regimental que dão transparência à atuação parlamentar, aos atos legislativos, normativos e administrativos da Câmara dos Deputados, são cumpridos em outros dispositivos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e se materializam por meio da publicação no Diário da Câmara dos Deputados, o que evidencia o respeito ao princípio supracitado.

2.4 O Diário da Câmara dos Deputados e os seus Dispositivos Normativos

A circulação e a publicação de matérias no Diário da Câmara dos Deputados são regulamentadas pelo Ato da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados nº 145, de 2003. O Diário da Câmara dos Deputados é publicado diariamente e, eventualmente, durante o período do recesso parlamentar.

O Diário da Câmara dos Deputados é composto por duas Seções. A Seção I, preponderantemente de cunho legislativo, contém a ata da sessão do dia anterior, com toda a sequência dos trabalhos realizados, de acordo com o disposto no art. 98, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). Inclui, ainda, os trabalhos das Comissões Permanentes e das Comissões Temporárias. A Seção II destina-se à publicação das matérias de cunho administrativo.

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados, instituído pela Resolução nº17, de 1989, especifica, expressamente, em diversos dispositivos¹³, a obrigatoriedade da publicação de conteúdos legislativos e administrativos no Diário da Câmara dos Deputados.

A Resolução nº 20, de 1971, que dispõe sobre a organização administrativa da Câmara dos Deputados define as competências específicas¹⁴ das unidades administrativas relacionadas ao Diário da Câmara dos Deputados.

¹³Art. 4º, § 9º; Art. 17, V, a; Art. 28, § 2º; Art. 37, caput; Art. 41, XIV, XXI; Art. 46, §§ 3º e 5º; Art. 63, parágrafo único; Art. 68, II; Art. 81, § 1º; Art. 86, caput; Art. 98, caput e § 1º; Art. 101, I, a, 5; Art. 103, parágrafo único; Art. 107, caput;

Art. 111, § 1º, III; Art. 113, § 1º, e § 2º, II; Art. 115, caput e parágrafo único; Art. 116, I; Art. 132, § 2º; Art. 134; Art. 137, caput; Art. 138, § 1º, II; Art. 158, § 1º, II; Art. 164, § 1º; Art. 179, parágrafo único; Art. 198, caput; Art. 212, § 2º; Art. 217, III; Art. 218, § 6º; Art. 239, caput; Art. 240, § 3º, IV; Art. 251, III.

¹⁴Arts. 18, 100, 144 - XV, 145 - II, e 123 - II, IV, V, VI, VII e VIII da Resolução nº20, de 1971.

2.4.1 Histórico

Tudo que o Parlamento foi, fez, pensou, discutiu, debateu ou aprovou está preservado nas páginas dos Anais e Diários da Câmara dos Deputados, das Assembleias Nacionais Constituintes, do Senado Federal, e do Congresso Nacional (CASIMIRO NETO, 2003).

2.4.1.1 Império

A criação da *Impressão Regia* em 1808, com o objetivo de publicar os papéis que viessem de Portugal, foi a primeira manifestação no sentido de dar conhecimento dos atos normativos e administrativos no Brasil.

Em 1808 até 1822, o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* publicou, oficiosamente, os atos oficiais.

Em 1823 a *Gazeta do Rio de Janeiro* é interrompida e o *Diário do Governo*, por determinação normativa, assume a responsabilidade de receber e publicar todo o expediente encaminhado pelos órgãos públicos.

A partir de 1823 a *Assembléa Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brazil* publica, por decisão imperial, o *Diário da Assembléa*. O periódico reunia os pronunciamentos, debates, discussões, atos legislativos e administrativos da Câmara dos Deputados.

De 1826 a 1831 a atividade legislativa foi publicada no *Diário da Câmara*.

As *Actas das sessões da Câmara dos Deputados do Imperio do Brazil*, coletânea publicada pela Câmara dos Deputados, cobriu o período que compreende a instalação do Parlamento em 1826 e a suspensão em 1869. Resumia e reunia o expediente lido nas sessões.

O *Echo da Camara dos Deputados*, *Jornal do Commercio*, *Diário Fluminense*, jornais privados, realizam, a partir de 1832, o registro das sessões legislativas e atividades administrativas da Câmara dos Deputados, porém de maneira autônoma e precária.

O *Jornal do Commercio*, posteriormente, é contratado pela Câmara dos Deputados como veículo de publicação dos trabalhos legislativos pelo período de 1839 a 1847 e de 1850 a 1856¹⁵.

Em 1857, os *Annaes do Parlamento Brasileiro*, volume editado em separado ao *Jornal do Commercio*, publica as ações da Câmara dos Deputados.

¹⁵Os trabalhos legislativos ficam suspensos de 05 de outubro de 1848 a 14 de dezembro de 1849.

Em 1862, inicia-se a publicação da coleção do *Diário Oficial, Império do Brasil*, para divulgação dos atos oficiais, sob a responsabilidade da *Typographia Nacional*. Por meio de convênio firmado em 1879, os trabalhos legislativos da Câmara dos Deputados e os da Câmara dos Senadores são publicados no *Diário do Parlamento Brasileiro*, entre e 1879 a 1889.

Em 1885, o *Diário Oficial*, órgão de publicidade do Governo, insere em suas páginas os atos do Poder Legislativo e, por extenso, as atas e debates de ambas as Câmaras Legislativas. Já em 1889, a publicação dos debates de uma ou de ambas as Casas far-se-á em folha distinta, com o título *Diário do Parlamento*, sendo distribuída anexa ao *Diário Oficial*. Com a Câmara dos Deputados em recesso, e a proclamação da República no dia 15 de novembro de 1889, esta série denominada *Diário do Parlamento*, não chegou a ser impressa e distribuída.

A publicação *Annaes Parlamentares* reuniu os trabalhos desenvolvidos nas sessões do Parlamento de 1823, 1826 a 1832, 1834, 1838 a 1845, 1846 a 1856.

No traço desse panorama é valioso ressaltar preocupações e incentivos de parlamentares e ministros com relação à edição, publicação, divulgação e a própria existência de uma Publicação Oficial para a Câmara dos Deputados, conforme relevante pesquisa elaborada por Casimiro Neto (2003):

- Deputado José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada (SP), em 1823, “aponta como muito necessária à redação do Diário, porque os taquígrafos escrevem, e o público nada sabe das sessões”.
- Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda Martim Francisco Ribeiro de Andrada (SP), “manda que seja franco o porte dos diários da Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil remetidos aos assinantes das provincias”.
- A *Commissão de Redacção do Diario*, em 1826, observando o vagar da *Imprensa Nacional*, propõe “que seja autorizada a tratar com qualquer impressor a edição do Diario da Câmara dos Deputados”.
- Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império José Clemente Pereira (RJ), em 1829, declara que “os diários da Assembléa Geral continuam isentos do porte do correio”.
- Sr. Antônio Pereira Pinto, em 1932, advertiu: “O *Echo da Camara dos Deputados* foi o jornal que no anno de 1832 publicou os debates da camara temporaria. Além da irregularidade, falta de methodo, e notáveis lacunas com que executou aquelle trabalho, accresce que o fez terminar a 3 de setembro, periodo da sessão ordinaria, quando a mesma sessão foi até o dia 20 de Outubro, e neste intervallo tratarão-se questões de summa importância”.

- Decreto nº 1, com a rubrica do Regente Interino, Pedro de Araújo Lima (PE), Marquês de Olinda, em 1838, “estabelece a maneira pela qual os atos, tanto do Poder Legislativo Geral, como do Executivo devem ser numerados, impressos e distribuídos”.
- Decreto, com a rubrica do Imperador D. Pedro II, em 1859, “regulariza o serviço de distribuição dos exemplares impressos dos atos do Poder Legislativo Geral, e do Governo Geral, conforme foi ordenado pelo Decreto nº 1 de 1º de janeiro de 1838”.
- Lei de 1870 e Decreto de 1871 consignam fundos para a impressão dos *Annaes Parlamentares* anteriores ao ano de 1857, sendo a mesma verba conservada nas posteriores leis de despesa pública. O ato tinha por intenção restaurar as atividades parlamentares e administrativas da Câmara dos Deputados ocorridas entre 1823 a 1857, recorrendo-se às “Atas impressas e manuscritas da Câmara, a diferentes registros do Arquivo da mesma Casa; às atas do Senado; ao Correio Oficial, publicação do Governo Imperial, e aos jornais da época, que publicavam as sessões” e posterior publicação em volumes separados dos *Annaes Parlamentares*.
- Deputado Antônio Pereira Pinto (ES) afirma:

é um depósito de honrosas tradições que nos legaram os primeiros legisladores do Imperio e onde encontramos uteis lições do mais desinteressado civismo, e do perseverante esforço de dotar o país de leis fundamentais, de accordo com as justas aspirações de um povo livre e independente do jugo colonial (CASIMIRO, 2003 p.701).

- Plenário da Câmara dos Deputados aprova, em 1873, proposta para organizar em *Annaes Parlamentares*, os trabalhos legislativos ocorridos desde a Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa de 1823 até o ano de 1857.
- Convenção firmada em Bruxelas, em 25 de março de 1886, entre o Brasil, a Bélgica, a Espanha, os Estados Unidos da América, a Itália, Portugal e a Sérvia para a troca do jornal oficial e dos anais e documentos parlamentares dos respectivos países.

Em especial as palavras do Deputado Antônio Pereira Pinto (ES) -10ª a 13ª Legislatura 1857/1864.

No systema representativo a publicidade de todos os actos dos poderes supremos não é simplesmente um preceito saudavel, deve ser antes um dogma invariavel do regimen, porque é nessa publicidade que os mesmos poderes vão buscar as forças vivazes de sua consolidação e os elementos indispensáveis para guiarem a opinião na estrada das grandes reformas. (CASIMIRO, 2003 p. 703).

Outras fontes de publicidade O Correio Oficial e OCorreio Mercantil.

2.4.1.2 República

Com a Proclamação da República, em 1890, o jornal oficial do Parlamento Brasileiro recebe a denominação de *Diário do Congresso Nacional – Estados Unidos do Brasil*. Registra e publica os atos administrativos e legislativos das duas Casas Legislativas, em sessões distintas para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal até 1917, quando tem a grafia do título alterada para Brasil, em substituição à *Brazil*, permanecendo, dessa forma, inclusive, com a mesma estrutura, até 1930. Com a instalação da Assembleia Constituinte de 1933, o Congresso Nacional publica suas atividades no *Diário da Assembléia Nacional – República dos Estados Unidos do Brasil*, o que aconteceu no dia 21 de julho de 1934.

Após a Constituinte de 1933, entre 22 de julho de 1934 e 12 de agosto de 1934, a publicação circulou com o título *Diário da Câmara dos Deputados – Estados Unidos do Brasil*, continuado com a nova denominação de *Diário do Poder Legislativo, Estados Unidos do Brasil, de 28 de agosto de 1934 a 9 de novembro de 1937*, incluindo sessões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Entre 14 de agosto e 27 de abril de 1935 foi impresso o aditamento *Função Ordinária da Assembléia Nacional Constituinte – Câmara dos Deputados*¹⁶. Suspenso desde 1937, retorna a sua publicação com o mesmo título *Diário do Poder Legislativo, Estados Unidos do Brasil*, em 2 de fevereiro de 1946, por apenas mais um mês, até 13 de março de 1946. No dia seguinte, em 14 de março de 1946, nas discussões da Assembleia Constituinte de 1946, o periódico recebe nova nomenclatura *Diário da Assembléia – Estados Unidos do Brasil*, título mantido até o dia 21 de setembro de 1946.

Findo os trabalhos da Assembleia Constituinte, o diário com a publicação dos pronunciamentos, debates, discussões, atos legislativos e administrativos do Parlamento volta a ser editado com a mesma denominação de 1917, a saber, *Diário do Congresso Nacional – Estados Unidos do Brasil*, abarcando as sessões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de 24 de setembro de 1946 até o dia 31 de julho de 1953. Em agosto de 1953, o Diário é editado em dois tomos, com subtítulos distintos: *Diário do Congresso Nacional – Seção I – Câmara dos Deputados*, e *Diário do Congresso - Seção II, Senado Federal* relativo às sessões conjuntas do Congresso Nacional, e às atividades do Senado Federal, até dia 31 de dezembro de 1958. Em 1º de janeiro de 1959, as sessões do Congresso Nacional passam a ser publicadas no

¹⁶A Câmara dos Deputados no período de 14 de agosto de 1934 a 27 de abril de 1935 exerceu cumulativamente as funções do Senado Federal.

tomo III, com o título *Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta*, até o dia 30 de setembro de 1995.

Em 02 de outubro de 1995, o Ato Conjunto dos presidentes das duas Casas do Congresso Nacional altera a denominação da Publicação Oficial do Parlamento Brasileiro para *Diário da Câmara dos Deputados, Diário do Senado Federal e Diário do Congresso Nacional*, título que vigora desde o dia 03 de outubro de 1995 até os dias de hoje.

A instalação da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, em 02 de fevereiro de 1987, exigiu o registro dos trabalhos legislativos e administrativos desenvolvidos no âmbito da Assembleia, o qual foi publicado no *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*, até o dia 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a Constituição do Brasil, de 1988. Assim, também, quando da instalação do Congresso Revisor, em 08 de outubro de 1993, as ações desenvolvidas foram registradas e circularam por meio da publicação do *Diário do Congresso Nacional Revisor* e do *Diário dos Trabalhos Revisionais* até o dia 1º de junho de 1994.

A Câmara dos Deputados organizou e publicou, no período compreendido entre 29 de abril de 1826 e 17 de junho de 1974, uma coleção denominada *Anais da Câmara dos Deputados*, que incluía um índice ao final de cada volume. A publicação foi interrompida em 1975, por determinação da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

Atenta às inovações tecnológicas e com a preocupação de realizar ações necessárias à preservação das coleções oficiais, assim como em propor um meio mais moderno de transferência e recuperação da informação institucional, a Câmara dos Deputados constituiu, em 2004, um Grupo de trabalho encarregado da digitalização de Documentos Oficiais da Câmara dos Deputados.

Em 2012, o Congresso Nacional, preocupado em promover e facilitar a pesquisa, recuperação e o acesso pela sociedade às informações nos Diários em formato eletrônico, institui por meio de Ato Conjunto das duas Casas Legislativas um Grupo de Trabalho para modernização das publicações de registros legislativos nos Diários Oficiais das duas Casas Legislativas.

2.5 A Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

A Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados consiste num repositório de informações institucionais e de documentos digitais relacionados à atividade legislativa em áudio, vídeo e texto. Tem como objetivo armazenar, disseminar, preservar e dar acesso aos conteúdos informacionais de interesse do Poder Legislativo em formato

digital, com vistas a ampliar e democratizar o acesso à informação legislativa para a rápida disseminação do conhecimento (Projeto Biblioteca Digital, 2008).

2.5.1 Um breve histórico

A Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados (BDCD) surgiu da necessidade de dotar a Câmara dos Deputados de um sistema de informação que empregasse metodologias padronizadas internacionalmente, com vistas à reunião, ao tratamento, compartilhamento, intercâmbio, preservação e recuperação da informação dos conteúdos digitais gerados pela instituição e dispostos no portal da Câmara dos Deputados de forma dispersa, em alguns casos, subordinada a grandes áreas, o que dificultava o acesso. Some-se que a produção constante de documentos eletrônicos resulta num aumento de passivo que demanda a aplicação de métodos e técnicas de organização e controle apropriados (SILVESTRE; MILANI, 2010).

A criação de um ambiente único, com soluções de gerenciamento e que potencialize o compartilhamento com a sociedade de toda a massa documental digital produzida na Casa é a atitude que deve pautar as ações de instituições públicas como a Câmara dos Deputados, pois contribui para que essas informações sejam devidamente preservadas, além de dar visibilidade e transparência às atividades institucionais (PAZ, 2012).

Nesse cenário, em 2008, a Câmara dos Deputados implanta o seu planejamento estratégico corporativo, que culmina com a divulgação do mapa estratégico corporativo em 2009, no qual são definidos onze programas e projetos estruturantes que visam à excelência no desempenho das funções constitucionais para o exercício da cidadania e para o fortalecimento institucional do Poder Legislativo. De fato, a implantação do processo de Gestão Estratégica da Casa atende aos pressupostos da modernização do serviço público legislativo.

Entre os programas e projetos estruturantes que transformarão a estratégia em ação, consta o programa da Gestão da Informação e do Conhecimento (PGIC), cujo objetivo consiste em definir e implantar políticas para selecionar, organizar, manter e disseminar informações e documentos de forma segura, com o objetivo de compartilhar o conhecimento. O projeto Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, já em andamento, é destacado no âmbito do referido programa, e fez a sua primeira entrega em outubro de 2009 com o lançamento e a disponibilização da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados (BDCD)¹⁷.

¹⁷ <http://bd.camara.leg.br>

O projeto foi desenvolvido pelo Centro de Documentação e Informação (Cedi), por meio da Coordenação de Biblioteca (Cobib), em parceria com o Centro de Informática (Cenin).

2.5.2 Características Técnicas e Padrões Internacionais de Descrição de Objetos Digitais

A Biblioteca Digital utiliza o DSpace¹⁸, *software* livre desenvolvido pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) e Hewlett Packard (HP) e, também o Manakin, que é uma interface amigável do DSpace, baseada em XML e desenvolvida pela Universidade Texas A&M.

Relativamente aos *softwares* para construção e manutenção de bibliotecas digitais, enumeram-se as seguintes características básicas: portabilidade; flexibilidade quanto à definição do padrão de metadados; uso de padrões de interoperabilidade; uso de linguagem de marcação XML; capacidade de tratamento de múltiplos documentos; possuir interfaces ergonômicas e adaptativas; facilidades para estruturação de documentos; configuração dos procedimentos de indexação e possuir módulo de formatação de relatórios ou saídas (KURAMOTO, 2006).

Na visão de Kuramoto (2006), os padrões adotados e recomendados pela OAI consistem no Protocolo OAI-PMH – *Open Archives Initiative Protocol of Metadata Harvest*, modelo operacional que garante a transferência dos objetos digitais; XML, linguagem de marcação para encapsular os registros, e Dublin Core, padrão de metadados para descrição dos objetos digitais na web.

Compatível com o Protocolo de Arquivos Abertos, a Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados permite a recuperação dos documentos por meio de serviços de busca disponíveis na Internet e pela adoção, por outras instituições, em forma consorciada federada. Destaca-se, neste contexto, a *Open Archives Initiative (OAI)*¹⁹, organização que desenvolve e promove interoperabilidade de padrões, com a finalidade de permitir a disseminação eficiente de conteúdos digitais. A instituição é a responsável pela geração do *Protocol of Metadata Harvesting (OAI-PMH)*.

O padrão *Dublin Core*²⁰ (DC) apresenta um conjunto de descritores simples e genéricos para descrição de recursos eletrônicos na web e corresponde aos princípios de padronização de metadados, modularidade, extensibilidade, refinamento e multilinguismo (ALVES, 2005).

¹⁸ <http://di.tamu.edu> e <http://dspace.org>

¹⁹ <http://www.openarchives.org>

²⁰ dublincore.org/

O *Simple Dublin Core* se constitui dos seguintes elementos: título, assunto, descrição, tipo, fonte, relação, abrangência, criador, editor, colaborador, direitos, data, formato, identificação e idioma (DUBLIN CORE METADATA INITIATIVE, 2008).

A Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados adota os seguintes campos de metadados:

1. AUTOR (dc.contributor.author);
2. ORIENTADOR (dc.contributor.advisor);
3. TÍTULO (dc.title);
4. OUTRO TÍTULO (dc.title.alternative);
5. DATA DE PUBLICAÇÃO (dc.date.issued);
6. DATA DE DEFESA (dc.date.submitted);
7. EDITORA (dc.publisher);
8. EDIÇÃO (relation.isversionof);
9. SÉRIE /nº (dc.relation.ispartofseries);
10. FONTE (dc.identifier.citation);
11. IDENTIFICADOR (dc.identifier);
12. ISBN (dc.identifier.isbn);
13. TIPO DE DOCUMENTO (dc.type);
14. IDIOMA (dc.language.iso);
15. ASSUNTO (dc.subject.other);
16. RESUMO (dc.description.abstract);
17. NOTAS (dc.description);
18. DESCRIÇÃO FÍSICA (dc.format.medium)
19. TÍTULO DO PERIÓDICO (dc.relation.ispartof).

No tratamento intelectual da informação, definiu-se como item fundamental a adoção desses padrões internacionais e de instrumentos de controle de linguagem documentária, privilegiando, desse modo, a interoperabilidade, visando migrações entre sistemas de gerenciamentos de coleções, em especial, com o sistema Aleph, e também cooperações futuras entre instituições congêneres. Utiliza como principal parâmetro para descrição física dos conteúdos digitais o *Código de Catalogação Anglo Americano-2* (AACR2). Para a análise conceitual e tradução dos termos, recorre-se ao *Vocabulário Controlado Básico* (VCB), da Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional (RVBI), da qual a Biblioteca Pedro Aleixo da Câmara dos Deputados é membro cooperante. Para garantir a preservação digital são utilizados identificadores persistentes para cada documento disponível no repositório.

2.5.3 As Coleções

A Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados está organizada em “Coleções”. Essa estrutura agrupa itens informacionais, permitindo incorporações, alterações e exclusões periodicamente. Atualmente a estrutura contempla as seguintes coleções:

- Acervo: contém títulos publicados pelas Edições Câmara²¹, obras raras selecionadas do acervo da Biblioteca Pedro Aleixo da Câmara dos Deputados, legislação em áudio e revistas especializadas.
- Brasília no Poder Legislativo: reúne discursos e debates parlamentares, relatórios, estudos técnicos e pareceres sobre a história da interiorização da capital brasileira, a construção de Brasília e sua consolidação.
- Constituição Brasileira: reúne textos constitucionais do Brasil desde a época do Império até a atual Constituição promulgada em 1988. Inclui vídeos do programa de TV “Diário da Constituinte” apresentado durante a Assembleia Nacional Constituinte 1987/1988.
- Estudos e Notas Técnicas: contém estudos e notas técnicas da Consultoria Legislativa e da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira.
- Memória Câmara: reúne publicações que relatam a história da Câmara dos Deputados. Inclui biografia de alguns parlamentares e servidores.
- Produção Acadêmica: disponibiliza monografias, teses e dissertações de autoria de servidores da Câmara dos Deputados.

2.6 Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Pedro Aleixo da Câmara dos Deputados

A Biblioteca Pedro Aleixo tem por missão institucional fornecer suporte informacional às atividades legislativa, fiscalizatória e de representação dos membros da Câmara dos Deputados e de seus órgãos de representação, bem como às atividades da estrutura de apoio técnico-administrativo.

Para o desenvolvimento do seu acervo informacional, a Biblioteca Pedro Aleixo considera como seu público-alvo os Deputados Federais, os Consultores Legislativos e de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, demais servidores dos órgãos de representação e das unidades técnico-

²¹ Edições Câmara é a unidade responsável pelo cumprimento da Política Editorial da Câmara dos Deputados.

Administrativas, no exercício de suas funções. O desenvolvimento de coleções compreende a seleção para aquisição e desbastamento, avaliação e preservação de materiais informacionais.

Para dar efeito à sua missão, um grupo de estudo elaborou, em 2011, a Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) que estabelece princípios, objetivos, diretrizes, critérios, metodologia e instrumentos para a formação racional e equilibrada das coleções que compõem o acervo da Biblioteca Pedro Aleixo do Centro de Documentação e Informação (Cedi) da Câmara dos Deputados, objetivando atingir maior eficácia na prestação dos serviços da Biblioteca Pedro Aleixo.

A Política de Desenvolvimento de Coleções estabelece como seus princípios:

1. Alinhamento do acervo informacional à missão da Biblioteca Pedro Aleixo e à estratégia corporativa;
2. Otimização do uso dos recursos orçamentários em consonância com as necessidades e demandas de informação;
3. Observância da capacidade de processamento, armazenamento, manutenção, conservação e provimento de acesso da Biblioteca Pedro Aleixo;
4. Observância dos acordos de cooperação entre instituições congêneres nas decisões que afetem o desenvolvimento de coleções.

A metodologia *Conspectus*²² foi escolhida para a construção da Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Pedro Aleixo, adaptada às peculiaridades da Câmara dos Deputados. A referida metodologia propõe uma forma equilibrada de aquisição e avaliação do material informacional, considerando-se os objetivos institucionais e apoiada em três instrumentos auxiliares de seleção a serem utilizados na aplicação da Política de Desenvolvimento de Coleções, a saber:

1. A Tabela dos Níveis de Profundidade prevê 6 níveis que variam do nível 0 ao nível 5 (nível mais completo de informação);
2. A Matriz de Assuntos, lista de assuntos²³ de interesse específico da instituição e uma escala de pontos de 0 (o assunto não deve fazer parte do acervo) a 5 (nível mais completo de informação).

²²A metodologia *Conspectus*, recomendada pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), foi desenvolvida em 1983 pelo Research Libraries Group (RLG), hoje incorporado à Online Computer Library Center (OCLC).

²³A Matriz de Assuntos foi criada a partir de uma lista de assuntos extraídos das:

- Áreas temáticas das 20 comissões permanentes e das 2 comissões mistas definidas pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados;
- Áreas temáticas das Consultorias Legislativa e de Orçamento e Fiscalização Financeira descritas na Resolução 34, de 1985 e dos assuntos elencados no edital n. 1/2006 para provimento do cargo de Consultor Legislativo;

A Matriz de Assuntos é, portanto, a ponderação dos assuntos, considerando a sua relevância para as atividades legislativas, parlamentares e administrativas da Câmara dos Deputados;

3. As Planilhas de Pontuação das Coleções.

Torna-se relevante demonstrar a seguinte classificação definida na Matriz de Assuntos:

1. A teoria e a prática do processo legislativo e a história da Câmara dos Deputados receberam a pontuação máxima, 5, isto quer dizer que todo objeto informacional nesse campo do conhecimento deve ser incorporado ao acervo da Biblioteca Pedro Aleixo da Câmara dos Deputados. Nesse quesito encontra-se o Diário da Câmara dos Deputados;
2. Os assuntos comuns às Comissões e a pelo menos uma das áreas das Consultorias receberam pontuação 4;
3. Os assuntos relativos às atividades meio da Casa ou unicamente às Consultorias receberam pontuação 3;
4. Os demais assuntos receberam a pontuação 2, 1 ou 0 conforme o seu alinhamento com o processo legislativo.

Evidencia-se que a Matriz de Assuntos constitui, portanto, o principal critério de seleção de objetos informacionais para o desenvolvimento das coleções da Biblioteca Pedro Aleixo, que, combinado aos critérios específicos, quantitativos e orientações específicas relativas a cada coleção, gera uma ação de seleção.

O acervo da Biblioteca Pedro Aleixo é composto pela Coleção Geral e pelas Coleções de Periódicos, de Referência, Digital, de Obras Raras, de Obras Especiais, de Multimeios, dos Organismos Internacionais, além da Coleção de Normas Técnicas e da Coleção Depositada.

A Coleção Digital, abordada nesse estudo, reúne documentos originalmente digitais ou convertidos para o meio digital. As decisões quanto a requisitos técnicos, licenças de uso, padrões e formatos necessários para a incorporação de documentos digitais são de competência da Seção de Biblioteca Digital, baseadas na tecnologia e protocolos adotados na Câmara dos Deputados.

Fazem parte da Coleção Digital:

-
- Áreas da estrutura orgânica da Câmara dos Deputados constantes no portal institucional;
 - Classes principais do Código de Classificação Decimal Universal (CDU) e as subclasses da área de Ciências Sociais.

Os assuntos contemplados foram traduzidos para os termos autorizados no Vocabulário Controlado Básico (VCB) e descritos na Matriz de Assuntos.

- Documentos digitais produzidos pela Câmara dos Deputados ou por ela cancelados, os quais serão capturados e depositados para fins de repositório institucional;
- Demais livros e periódicos digitais submetem-se às Planilhas de Pontuação e/ou às Orientações Específicas de Seleção conforme o caso, excetuando-se as obras e documentos considerados raros.

A Coleção Digital adota as seguintes orientações específicas para conduzir a sua seleção:

- Documentos que tenham acesso aberto aos seus conteúdos e também aqueles de acesso restrito à Câmara dos Deputados podem ser incorporados à Coleção Digital, respeitando-se a legislação autoral vigente.

A Política de Desenvolvimento de Coleções é executada pela Comissão Permanente de Seleção de Material Informacional e pela Seção de Desenvolvimento de Coleções, no âmbito de suas respectivas atribuições, conforme declarado no ato normativo.

Metodologia

3 METODOLOGIA

O estudo ora apresentado tem como objetivo geral propor requisitos de organização da informação para a representação dos conteúdos informacionais publicados no Diário da Câmara dos Deputados na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados (BDCD).

Trata-se de uma pesquisa que, no tocante à natureza, classifica-se como aplicada, porquanto se propõe a gerar conhecimento, cuja utilização efetiva favorecerá a solução de um problema específico.

Quanto à forma de abordagem da questão levantada, o estudo é qualitativo. Considera-se o ambiente natural como fonte direta para a coleta de dados. A análise, por sua vez, será realizada de maneira indutiva. A pesquisa qualitativa não utiliza procedimentos de amostragem, métricas, métodos e técnicas quantitativas e estatísticas. Segundo Richardson (2012), a pesquisa qualitativa representa a “tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais”.

Acerca dos fins a que se propõe, a pesquisa caracteriza-se como exploratória, pois é realizada em um campo não investigado e com limites de conhecimento acumulado e sistematizado. Dessa maneira, pretende proporcionar uma visão geral do problema suscitado, com a principal finalidade de apresentar metadados de descrição física e de análise temática que permitam a recuperação dos conteúdos informacionais publicados no Diário da Câmara dos Deputados e armazenados na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Reitera-se que o DCD é a fonte de informações oficial daquela Casa Legislativa, utilizado para cumprir, desse modo, o preceito constitucional de dar publicidade a atos formais, institucionais e legislativos daquela instituição.

Os meios utilizados para o delineamento da investigação foram a pesquisa bibliográfica, a pesquisa telematizada, a investigação documental e a aplicação de questionário seguido de entrevista, para coleta e análise dos dados.

O levantamento da literatura atinente à organização, representação da informação, arquitetura da informação, publicação oficial, histórico do Diário da Câmara dos Deputados e sobre os fundamentos da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados foi realizada na Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional (RVBI), no Banco de Dissertações e Teses da Biblioteca Central da Universidade de Brasília e na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Por intermédio da Internet, realizou-se, ainda, uma busca criteriosa em periódicos eletrônicos nacionais e estrangeiros.

Na investigação documental foram utilizadas como fontes de pesquisa o portal da Câmara dos Deputados e o Camaranet (intranet da Câmara dos Deputados).

Foram investigados a coleção do *Diário da Câmara dos Deputados* para a identificação dos seus conteúdos informacionais, a *Legislação Informatizada* para acesso aos atos normativos e regulatórios da Casa, o Catálogo de Sistemas (Sicat), sistema para cadastro das informações dos sistemas, da Seção de Administração de Dados e Informação (Seadi), do Centro de Informática (Cenin), que permitiu o acesso à relação dos sistemas de informação da Câmara dos Deputados, possibilitando o mapeamento dos sistemas relacionados à publicação e recuperação de conteúdos informacionais publicados no *Diário da Câmara dos Deputados*, além de manuais de serviço da BDCD.

Ainda no processo de coleta de dados foi elaborado um questionário constituído por 04 (quatro) perguntas abertas, aplicado a 06 (seis) pesquisadores indicados pela gerência da Coordenação de Relacionamento Pesquisa e Informação²⁴ (Corpi) do Centro de Documentação e Informação (Cedi), com o objetivo de identificar as necessidades de recuperação da informação no *Diário da Câmara dos Deputados*. A indicação dos respondentes considerou o conhecimento e domínio em relação a busca e acesso aos conteúdos do *Diário da Câmara dos Deputados* (DCN) nos sistemas de informação da Casa. A referida *expertise* advém da realização das pesquisas solicitadas à equipe da Corpi por usuários internos à Câmara dos Deputados, servidores e parlamentares; ou por usuários externos, o cidadão, individualmente, ou pela sociedade organizada. Posteriormente à análise dos questionários, realizou-se entrevista com os mesmos pesquisadores, para avaliação e validação dos conteúdos identificados como relevantes para serem tratados e representados pela Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.

²⁴ À Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação compete planejar, coordenar, administrar e supervisionar as atividades de atendimento e pesquisa dirigidas ao Centro de Documentação e Informação. Ao Serviço de Gestão da Pesquisa compete planejar, coordenar e orientar os procedimentos na elaboração de pesquisa para o público interno, como suporte ao trabalho legislativo e administrativo da Câmara dos Deputados; planejar, coordenar e orientar os procedimentos na elaboração de pesquisa para o público externo cujas informações já estejam publicadas em fontes de pesquisa.

Apresentação e Análise dos Dados

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo são apresentados dados relativos ao estudo do Diário da Câmara dos Deputados com vistas a conhecer o seu conteúdo e os sistemas informatizados que guardam relação com o Diário. Além disso, são analisadas as respostas ao questionário aplicado na pesquisa e, por fim, propõe-se um conjunto de metadados para representação do DCN na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.

4.1 Estudo do Diário da Câmara dos Deputados

Esta seção apresenta os tipos de conteúdos informacionais que compõem as Seções I e II do Diário da Câmara dos Deputados, extraídos a partir da análise de uma amostragem do periódico, que contemplou exemplares do título original e suas alterações, em décadas distintas, privilegiando as sessões realizadas as terças e quartas-feiras por contemplarem, na atualidade, a maior parte das fases do processo legislativo.

4.1.1 Seção I

A Seção I inclui matérias, majoritariamente, da área legislativa.

1. Atas das Sessões do Plenário da Câmara dos Deputados e relação dos deputados presentes na Casa. Membros da Mesa Diretora e demais deputados relacionados por estado.
 - I. Abertura da Sessão
 - II. Leitura da Ata
 - III. Expediente
 - Mensagens;
 - Ofícios;
 - Memorandos;
 - Questões de Ordem;
 - Comunicações;
 - Relatórios de Viagem;
 - Proposta de Emenda à Constituição;
 - Projetos de Lei Complementar;
 - Projetos de Lei;
 - Medidas Provisórias;

- Projetos de Decreto Legislativo;
 - Projetos de Resolução;
 - Indicações;
 - Recursos;
 - Requerimentos;
 - Propostas de Fiscalização e Controle;
 - Denúncias.
- IV. Pequeno Expediente
- Pronunciamentos;
 - Ato da Mesa.
- V. Grande Expediente
- Oradores para Discursos;
 - Breves Comunicações.
- VI. Ordem do Dia
- VII. Comunicações Parlamentares
- VIII. Encerramento
- Relação dos presentes na Casa em complementação aos registrados no início da Sessão;
 - Ordem do Dia do Plenário, para a Sessão seguinte;
 - Ordem do Dia das Comissões Permanentes, Temporárias e Mistas, para a Sessão seguinte;
 - Indicação;
 - Requerimento de Informação Ata de Constituição de Frente Parlamentar;
 - Requerimento.
2. Atos do Presidente
3. Atos da Presidência
4. Declarações de prejudicialidade
5. Comissões
- Pareceres das comissões;
 - Atas das reuniões das comissões;
 - Designações de Relatorias nas comissões.

4.1.2 Seção II

A Seção II destina-se à publicação das matérias predominantemente de cunho administrativo.

1. Atas das reuniões da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados;
2. Atos do Presidente;
3. Relação dos Membros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados;
4. Relação dos líderes, vice-líderes e representantes dos partidos, dos blocos, da Minoria e do Governo;
5. Relação dos deputados em exercício, por unidade da federação;
6. Relação dos membros das comissões permanentes e temporárias em funcionamento, por partido.

4.2 Os Sistemas de Informação da Câmara dos Deputados

O Quadro 1 relaciona os sistemas de informação da Câmara dos Deputados que, de alguma maneira e para determinados fins, tratam os conteúdos informacionais do Diário da Câmara dos Deputados, com vistas a detectar a existência de mecanismos de recuperação desses conteúdos.

A primeira coluna apresenta um extrato dos sistemas de informação da Câmara dos Deputados, selecionados a partir do cadastro geral de sistemas do Centro de informática da Casa e descritos sucintamente na segunda coluna. A terceira e quarta colunas trazem os tipos de conteúdos específicos do DCD, apresentados no item 4.1, e a existência de sistemas que possibilitem a recuperação da informação por meio de interfaces de pesquisa em rede, respectivamente.

Quadro 1 Quadro demonstrativo da relação entre os sistemas de informação locais e corporativos e os conteúdos do Diário da Câmara dos Deputados

SISTEMA DE TRATAMENTO	DESCRIÇÃO	CONTEÚDO DO DCD	SISTEMA DE RECUPERAÇÃO
Biblioteca Digital BDCD (DSPACE)	Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados	Anais das Assembleias Nacionais Constituintes	BDCD
Central de Digitalização (CEDIG)	Digitalização de Proposições e Diário da Câmara dos Deputados	Anais das Assembleias Nacionais Constituintes	BDCD
Consulta Deputados (CONSULTADEP)	Consulta a situação atual do deputado (movimentações na legislatura, dados cadastrais, tempo de mandato)	Biografia	Portal SILEG
Legislação Informatizada (LEGIN)	Sistema para controle de cadastro/pesquisa de legislação. Legislação Interna.	Atos do Presidente; Atos da Mesa	LEGIN
Questão de Ordem (QORDEM)	Sistema de Cadastro/Pesquisa de Questões de Ordem	Questões de Ordem	Portal

SISTEMA DE TRATAMENTO	DESCRIÇÃO	CONTEÚDO DO DCD	SISTEMA DE RECUPERAÇÃO
Sigesp Deputado (SIGESPDEP)	Sistema de gestão cadastral, de frequência e de movimentações dos deputados.	Atos do Presidente	LEGIN
SINOPSE (SINOPSE)	Controle de proposições em tramitação na Câmara	Proposições	SILEG
Sistema de Apoio aos Registros Taquigráficos (SITAQ)	Sistema responsável pelo registro dos apanhamentos taquigráficos em plenário e comissão, distribuição de tarefas para os funcionários envolvidos no fluxo de trabalho e controle do início do fluxo de trabalho até a montagem da Redação Final das Sessões Plenárias e das Reuniões de Comissões. O Sistema é ainda integrado com o SisAudio permitindo ao taquígrafo consulta do áudio digital gravado das sessões plenárias e das reuniões de comissão.	Pronunciamentos; Discursos; Homenagens; Comunicações Parlamentares; Atas das Reuniões de Comissão	SITAQ
Sistema de cadastro de dados biográficos de deputados BANDEP	Sistema corporativo para controle da vida parlamentar do Deputado dentro da Câmara dos Deputados e publicação de livros com dados dos Deputados.	Biografia	SILEG (SILEGDEP) Portal
Sistema de Controle de Tramitação de Proposições (SILEG)	Sistema corporativo para controle de tramitação de proposições	Proposta de Emenda à Constituição; Projetos de Lei Complementar; Projetos de Lei; Medidas Provisórias; Projetos de Decreto Legislativo; Projetos de Resolução; Indicações; Recursos; Propostas de Fiscalização e Controle; Denúncias; Atas e Pareceres das Reuniões de Comissão	SILEG
Sistema de Gestão de Diários e Anais (SIDIA)	Cadastro e pesquisa de publicações da Câmara dos Deputados (diários, anais, etc.).	Exemplar do DCD	Portal Calendário
Sistema de Proposições Legislativas (SPLET)	Destina-se a controlar os erros das proposições e ao controle de proposições enviadas para a digitalização.	Proposições	SILEG
Sistema Eletrônico de Votação (SEV)	Sistema responsável pelo controle do processo de votação e exibição de presenças e votações nos painéis	Relação dos deputados presentes na	Portal

SISTEMA DE TRATAMENTO	DESCRIÇÃO	CONTEÚDO DO DCD	SISTEMA DE RECUPERAÇÃO
	eletrônicos.	Casa	
Sistema SGM Multilegislativa	Modelo multilegislativa da base de deputados sob a responsabilidade da SGM.	Atas das reuniões da Mesa; Atos do Presidente Relação dos Membros da Mesa Relação dos líderes, vice-líderes e representantes dos partidos, dos blocos, da Minoria e do Governo Relação dos deputados em exercício, por estado Designação e relação dos membros das comissões permanentes e temporárias em funcionamento, por partido.	Local
Viagens - Missões Oficiais (VIMOF)	Cadastrar e divulgar as missões oficiais de parlamentares e funcionários da Câmara dos Deputados.	Relatórios de viagem	Portal

Fonte: Produzido pelo autor

4.3 Análise dos Questionários

O questionário, composto por 04 (quatro) questões, foi respondido por 06 (seis) pesquisadores indicados pela diretora da Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação (Corpi), do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, conforme descrito no capítulo 3.

O objetivo do questionário foi identificar no Diário da Câmara dos Deputados:

- ✓ Os conteúdos informacionais demandados à Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação não tratados por nenhum sistema de informação da Câmara dos Deputados;
- ✓ Os conteúdos que deveriam receber tratamento técnico e ser disponibilizados para o acesso direto pelo cidadão;

- ✓ Os conteúdos que, apesar de tratados por algum sistema de Informação na Câmara dos Deputados, são de difícil recuperação.

Nesse contexto, solicitou-se aos entrevistados o estabelecimento de uma ordem de relevância de conteúdos negligenciados, para permitir, posteriormente, a priorização do tratamento e da representação dos conteúdos na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.

4.3.1 Conteúdos informacionais não tratados por pelos sistemas de informação da Câmara dos Deputados

A rigor, segundo um dos respondentes, todos os conteúdos do *Diário da Câmara dos Deputados* (DCD) são tratados de alguma forma por algum setor da Casa. A questão é que o tratamento visa atender às necessidades do setor e não, necessariamente, à recuperação de forma ampla. Essa, inclusive, fica prejudicada em virtude da não adoção de técnicas adequadas no tratamento da informação que alimenta tais sistemas. Nesse sentido, os sistemas são “guardados” e poucos permitem o acesso a usuários.

Entretanto, considerando, assim, tão somente os sistemas corporativos da Câmara dos Deputados -- o Sistema de Informação Legislativa da Câmara dos Deputados (Sileg), o Sistema de Taquigrafia (Sitaq) e o Sistema de Legislação Informatizada (Legin) -- disponíveis em rede para a busca e a recuperação da informação, detectou-se que os dados arrolados nas páginas finais do *Diário da Câmara dos Deputados* (DCD) não estão representados em nenhum sistema de informação. Esses dados constituem a “Relação dos Cargos e Membros” institucional, composta por:

- ✓ Relação dos Membros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados; Relação dos líderes, vice-líderes e representantes dos partidos, dos blocos, da Minoria e do Governo;
- ✓ Relação dos deputados em exercício, por unidade da federação;
- ✓ Relação dos membros das comissões permanentes e temporárias em funcionamento, por partido.

Apesar de atualizadas diariamente, as informações institucionais são recuperadas de forma lenta e difícil, devido à ausência de sua representação nos sistemas informacionais da Câmara dos Deputados.

Este fato pode decorrer do dinamismo da Câmara dos Deputados que, por inúmeras vezes, suplanta a velocidade de publicação do DCD, prejudicando, desse modo, o registro tempestivo e correto das atividades legislativas. A composição das comissões, por exemplo, está em constante alteração, seja por renúncia, afastamento, falecimento ou licença de seus membros. Também contribui com esse descompasso a frequente criação e extinção de comissões especiais, dentre outros fatores. Como consequência deste desnível entre o movimento da Casa e a publicação do Diário resulta na criação, por parte das unidades administrativas da Câmara dos Deputados, de seus próprios instrumentos de trabalho, atualizados diariamente, mas disponíveis apenas localmente.

Um dos entrevistados entende que as necessidades de informação dos usuários em relação ao DCD e recebidas no Balcão de Atendimento da Corpi, são supridas, uma vez que, em geral, as demandas referem-se às proposições e aos discursos, conteúdos devidamente tratados nos sistemas corporativos Sileg e Sitaq, respectivamente. Ressalta, no entanto, que ambos os sistemas apresentam dificuldades e inconsistências decorrentes do tratamento e representação da informação, além de entraves tecnológicos:

Há uma questão importante que não trata especificamente de conteúdo. Desde que a versão do Internet Explorer utilizada pelo portal da Câmara foi modificada não é possível abrir o DCD em janelas diferentes. Assim, os usuários que desejam consultar datas diferentes dos DCD devem iniciar a pesquisa desde o início para cada data. Além de fastidioso, torna o processo de busca da informação moroso, não é linear e por isto impede, muitas vezes, que o usuário faça a busca sozinho.

4.3.2 Conteúdos que deveriam receber tratamento técnico e serem disponibilizados para o acesso direto pelo cidadão

Foram identificados pelos respondentes os seguintes conteúdos do DCD que não são tratados por nenhum sistema de informação da Câmara dos Deputados, mas são considerados relevantes para o acesso pela sociedade:

- ✓ Informações sobre Comissões Parlamentares de Inquérito anteriores à 51ª Legislatura, incluindo documentação sobre criação, instalação e relatórios;
- ✓ Ofícios de parlamentares comunicando filiações e desfiliações dos partidos políticos para acompanhamento de informações sobre movimentação parlamentar e mudança de partido;
- ✓ Proposições anteriores a 1946;

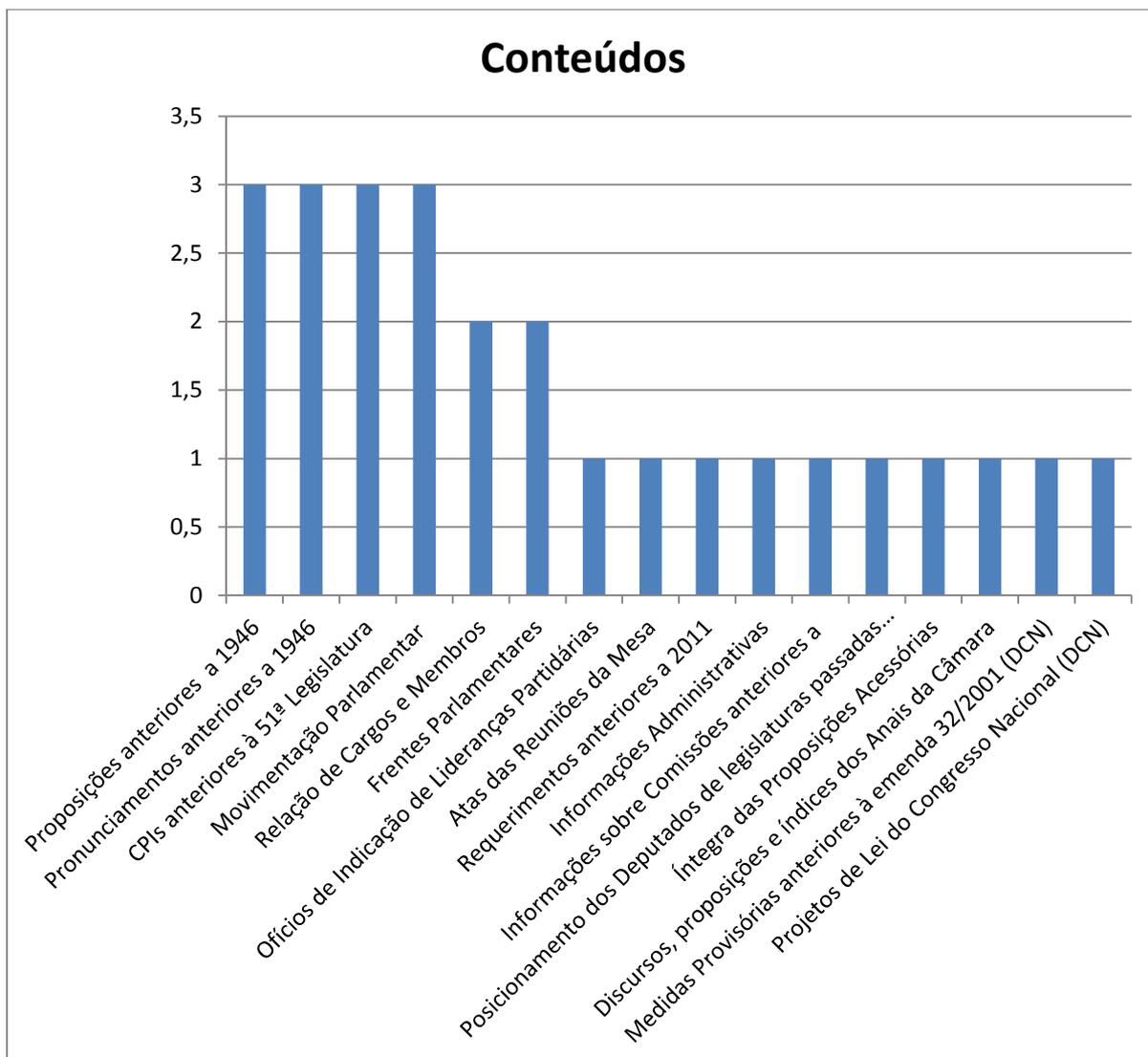
- ✓ Pronunciamentos anteriores a 1946;
- ✓ Relação de Cargos e Membros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, Comissões e Lideranças;
- ✓ Documentação referente às Frentes Parlamentares, tais como atas, estatutos e membros;
- ✓ Ofícios de indicação de lideranças partidárias;
- ✓ Atas das Reuniões da Mesa;
- ✓ Atas das Comissões Permanentes;
- ✓ Requerimentos anteriores a 2011;
- ✓ Informações administrativas anteriores à criação do Boletim Administrativo;
- ✓ Informações sobre Comissões anteriores a 1946;
- ✓ Posicionamento dos Deputados, de legislaturas passadas, nas votações das proposições;
- ✓ Íntegra das proposições acessórias, como emendas, substitutivos e pareceres;
- ✓ Discursos, proposições e índices dos Anais da Câmara.

Foram identificados, ainda, conteúdos publicados no Diário do Congresso Nacional (DCN) inerentes às Sessões conjuntas da Câmara dos Deputados e Senado Federal, mas não contemplados como objeto deste estudo:

- ✓ Medidas Provisórias anteriores à emenda 32/2001 (DCN);
- ✓ Projetos de Lei do Congresso Nacional (DCN).

O gráfico, a seguir, apresenta os conteúdos disposto por ordem de relevância e importância para priorização do tratamento técnico e da representação na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, conforme as respostas dos pesquisadores.

Gráfico 1 Relevância de Conteúdos não tratados por Sistemas de Informação da Câmara dos Deputados para representação na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, por número de entrevistados



Fonte: Produzido pelo autor

Verifica-se, claramente, uma questão cronológica. As matérias anteriores ao ano de 1946 não foram, ainda, objetos de tratamento e representação nos sistemas corporativos.

4.3.3 Conteúdos que, apesar de tratados por algum sistema de Informação na Câmara dos Deputados, são de difícil recuperação

Com relação aos sistemas de informação existentes na Câmara dos Deputados, verificou-se, na análise dos questionários, que os sistemas de informação corporativos apresentam problemas de recuperação da informação devido à ausência de padrões de arquitetura e organização da informação. São problemas básicos de descrição física, de representação temática dos conteúdos, além de problemas derivados da implantação de novas tecnologias.

Os Diários do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados são as nossas fontes primárias para acesso às proposições e discursos. A busca nestas fontes é feita, em geral, através das ferramentas Sileg e Sitaq, respectivamente. Contudo, nem sempre as ferramentas nos direcionam para a localização correta da informação no DCN/DCD.

Desde que o DCD passou a ser disponibilizado em pdf, conhecendo-se, preliminarmente, a data, ainda que aproximada, do discurso ou do andamento da proposição, é possível localizar a informação, mas por um processo em geral mais demorado e que o usuário não consegue fazer sozinho.

Assim, a partir do ponto de vista do usuário com perfil de pronto-atendimento observa-se que tais sistemas tratam as informações contidas no DCD, mas esses sistemas precisam de correções tanto na arquitetura das bases de dados (Ex.: identificadores diferentes para documentos iguais) quanto no tratamento da informação (Ex.: indicação errada da página do DCD em que a informação pode ser localizada).

O Sistema de Taquigrafia (Sitaq), constituído pelos pronunciamentos dos parlamentares em Plenário e Comissões, foi o que apresentou maior número de indicações de problemas de recuperação. De fato, 05 dentre os 06 pesquisadores entrevistados elencaram dificuldades na recuperação por assunto, em especial as Sessões Solenes que apresentaram, na sua recuperação, deficiências de caráter tecnológico:

Quando os parâmetros são informados e é apresentado o resultado da pesquisa, se houver necessidade de verificar outras informações, o resultado da pesquisa desaparece e retorna à página inicial.

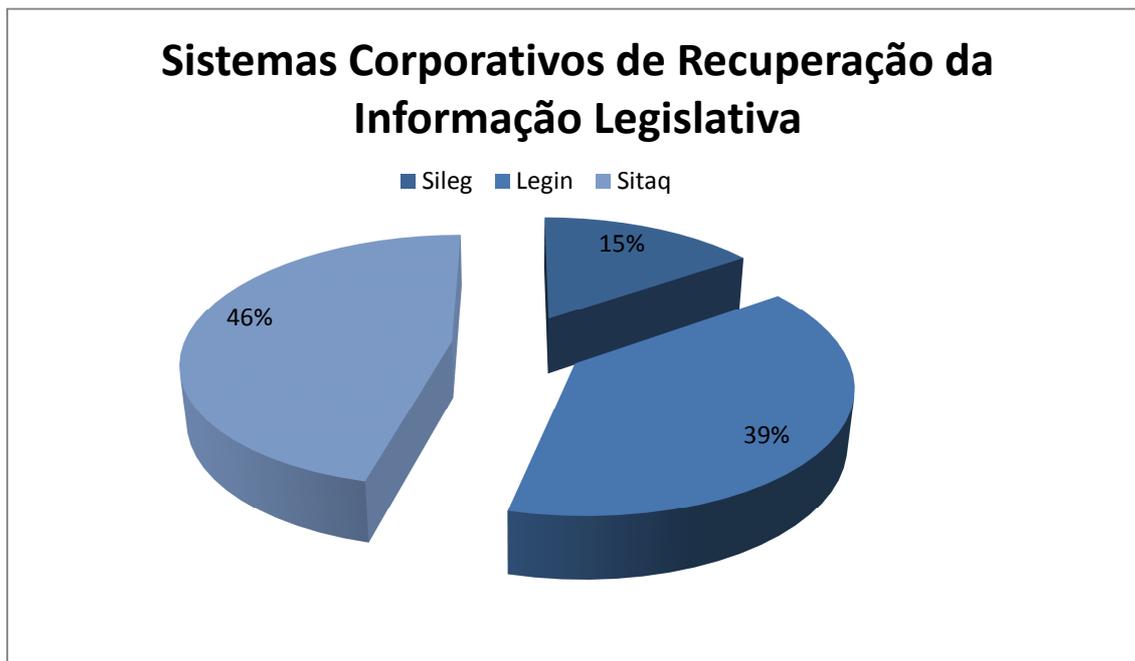
Além disso, em relação às sessões solenes, em períodos mais recentes, os pronunciamentos não estão disponibilizados. Há problema temporal na disponibilização dos discursos parlamentares.

Um pesquisador sugere: “Seria interessante que houvesse a opção de realizar a pesquisa por tipo de sessão extraordinária, deliberativa ou solene”.

A busca às normas internas à Câmara dos Deputados, tratadas e representadas no Sistema de Legislação Informatizada (Legin), foi classificada como “penosa”, posicionando-se em 2º lugar, com 03 relatos, dentre os 06 pesquisados. O Sileg (Sistema de Informação Legislativa da Câmara dos Deputados), desenvolvido para abrigar a produção legislativa da Casa e prover sua recuperação por meio da descrição física e temática das proposições apresentadas e apreciadas no âmbito da Câmara dos Deputados, foi o mais bem avaliado, mas foram relatadas, de todo modo, 02 ocorrências de problemas relativos à recuperação de proposições posteriores a 1946.

Em resumo, verifica-se, então, que 46% das falhas citadas pelos pesquisadores se relacionam ao Sitaq, 39% ao Legin e 15% ao Sileg.

Gráfico 2 Índice de deficiências na recuperação da Informação nos três principais sistemas corporativos de tratamento e recuperação da informação legislativa da Câmara dos Deputados



Fonte: Produzido pelo autor

4.3.4 Considerações e Sugestões

Todo o conteúdo do Diário da Câmara dos Deputados é percebido pelos respondentes como “altamente relevante para o andar do processo legislativo e para recuperar a memória deste”. Apesar de ser reconhecido como o meio oficial de informações da Casa, permitindo a publicidade dos atos oficiais em consonância com a Constituição Federal de 1988, sua precisão não alcança os 100%. A intempestividade na edição, publicação e disponibilização dos seus exemplares – que deveria circular diariamente – ocorre, por vezes, dois meses após a data prevista para a circulação do periódico. Isso é indicado como um aspecto bastante negativo, que pode, inclusive, interferir na consistência de alguns conteúdos.

Os pesquisadores entrevistados idealizam uma estrutura mais moderna e dinâmica para a própria edição do DCD. A modernização do periódico partiria da sua montagem para a edição, a qual permitisse que todos os conteúdos do Diário fossem concatenados e tratados como único, e conseqüentemente por um único sistema. Desta forma, haveria uma sequência lógica das fases da sessão ordinária ou da sessão de homenagem, o que evitaria a multiplicação de pontos de busca e acesso no portal institucional a cada conteúdo tratado e provido por distintas unidades administrativas da Casa.

Ressaltam que a atual plataforma em que os Diários estão disponíveis não é amigável. Não há um sistema geral que permita busca na íntegra das publicações,

nem a identificação das edições dos DCDs que possuem suplementos. Esta demanda pode ser resolvida com a criação, na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, de uma coleção *Diário da Câmara dos Deputados*, que permitirá a busca na totalidade dos itens que integram essa coleção específica.

E destaca-se nas considerações e sugestões:

É preciso não esquecer todo o acervo que não foi tratado em nenhum momento. Quanto mais distante o tempo em que foram produzidos, mas difícil se torna dar tratamento a esse material, que assume características diferentes ao longo do tempo, com conteúdos informacionais diversos.

4.4 Definição dos Campos de Metadados para descrição física, temática e de preservação

Para a representação e organização da Coleção do Diário da Câmara dos Deputados adotar-se-iam os campos de metadados de descrição física, temática e de preservação sugeridos a partir daqueles firmados pela gerência da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados e descritos em 2.5.2 que se encontram nos Quadros 2, 3, 4 e 5, observando as necessidades detectadas nas respostas dos questionários.

Quadro 2 Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, v.67, n. 82, p. 18065- 18405, 23 maio 2012

dc.contributor.author	Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados	
dc.date.accessioned	08/04/2013	
dc.date.available	08/04/2013	
dc.date.issued	23/05/2012	
dc.identifier.citation	Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, v.67, n. 82, p.18065- 18405, 23 maio 2012.	pt_BR
dc.identifier.uri	http://tesbd1.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2137	
dc.description	Variação do título: Histórico dos nomes da Coleção de Diários da Câmara dos Deputados: De 1890 a 1917, Diário do Congresso Nacional - Estados Unidos do Brasil; De 1917 a 1930, Diário do Congresso Nacional - Estados Unidos do Brasil; Em 1934, Diário da Câmara dos Deputados - Estados Unidos do Brasil; De 1934 a 1937, Diário do Poder Legislativo - Estados Unidos do Brasil; De 1946 a 1953, Diário do Congresso Nacional - Estados Unidos do Brasil; De 1953 a 1995, Diário do Congresso Nacional - Seção I; De 1995 até hoje, Diário da Câmara dos Deputados.	pt_BR
dc.format.medium	p. 18065-18405	pt_BR
dc.language.iso	pt_BR	pt_BR
dc.publisher	Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações	pt_BR
dc.relation.ispartof	Diário da Câmara dos Deputados	
dc.subject	Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados.	pt_BR
dc.subject	Publicação oficial	pt_BR
dc.subject	Proposição, Câmara dos Deputados	pt_BR
dc.subject	Debates parlamentares	pt_BR
dc.subject	Parlamentares, discursos e pronunciamentos	pt_BR
dc.title	Diário da Câmara dos Deputados, quarta-feira, 23 de maio de 2012	pt_BR
dc.type	Outros	

Fonte: Produzido pelo autor

Quadro 3 Diário da Câmara dos Deputados, quarta-feira, 23 de maio de 2012

Título: Diário da Câmara dos Deputados, quarta-feira, 23 de maio de 2012

Autor: Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados

Publicador: Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Descrição Física: p.18065-18405

Assunto: Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados.
Publicação oficial
Proposição, Câmara dos Deputados
Debates parlamentares
Parlamentares, discursos e pronunciamentos

Notas: Variação do título: Histórico dos nomes da Coleção de Diários da Câmara dos Deputados: De 1890 a 1917, Diário do Congresso Nacional - Estados Unidos do Brasil; De 1917 a 1930, Diário do Congresso Nacional - Estados Unidos do Brasil; Em 1934, Diário da Câmara dos Deputados - Estados Unidos do Brasil; De 1934 a 1937, Diário do Poder Legislativo - Estados Unidos do Brasil; De 1946 a 1953, Diário do Congresso Nacional - Estados Unidos do Brasil; De 1953 a 1995, Diário do Congresso Nacional - Seção I; De 1995 até hoje, Diário da Câmara dos Deputados.

Data Publicação: 23/05/2012

URI: <http://tesbd1.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2137>

Arquivos neste item

Arquivos	Tamanho	Formato	Ver
DCD23MAI2012.pdf.pdf	4.555Mb	Adobe/PDF	Ver/Abrir

Este item aparece na(s) seguinte(s) Coleção(ões)

[Diário da Câmara dos Deputados](#)

[Visualizar registro completo](#)

Fonte: Produzido pelo autor

Quadro 4 Diário da Câmara dos Deputados. Suplemento, quinta-feira, 28 de março de 2013

dc.contributor.author	Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados	
dc.date.accessioned	08/04/2013	
dc.date.available	08/04/2013	
dc.date.issued	28/03/2013	
dc.identifier.citation	Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, v.68, supl. ao n. 50, p. 1-12, 28 mar. 2013.	pt_BR
dc.identifier.uri	http://tesbd1.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2138	
dc.description	Varição do título: Histórico dos nomes da Coleção de Diários da Câmara dos Deputados: De 1890 a 1917, Diário do Congresso Nacional - Estados Unidos do Brasil; De 1917 a 1930, Diário do Congresso Nacional - Estados Unidos do Brasil; Em 1934, Diário da Câmara dos Deputados - Estados Unidos do Brasil; De 1934 a 1937, Diário do Poder Legislativo - Estados Unidos do Brasil; De 1946 a 1953, Diário do Congresso Nacional - Estados Unidos do Brasil; De 1953 a 1995, Diário do Congresso Nacional - Seção I; De 1995 até hoje, Diário da Câmara dos Deputados.	pt_BR
dc.format.medium	12 p.	pt_BR
dc.language.iso	pt_BR	pt_BR
dc.publisher	Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações	pt_BR
dc.subject	Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados	pt_BR
dc.subject	Publicação oficial	pt_BR
dc.subject	Proposição, Câmara dos Deputados	pt_BR
dc.subject	Debates parlamentares	pt_BR
dc.subject	Parlamentares, discursos e pronunciamentos	pt_BR
dc.title	Diário da Câmara dos Deputados. Suplemento. quinta-feira, 28 de março de 2013	pt_BR
dc.type	outros	pt_BR

Fonte: Produzido pelo autor

Quadro 5 Diário da Câmara dos Deputados. Suplemento, quinta-feira, 28 de março de 2013

Título: Diário da Câmara dos Deputados. Suplemento. quinta-feira, 28 de março de 2013

Autor: Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados

Publicador: Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Descrição Física: 12 p.

Assunto: Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados
Publicação oficial
Proposição, Câmara dos Deputados
Debates parlamentares
Parlamentares, discursos e pronunciamentos

Notas: Variação do título: Histórico dos nomes da Coleção de Diários da Câmara dos Deputados: De 1890 a 1917, Diário do Congresso Nacional - Estados Unidos do Brasil; De 1917 a 1930, Diário do Congresso Nacional - Estados Unidos do Brasil; Em 1934, Diário da Câmara dos Deputados - Estados Unidos do Brasil; De 1934 a 1937, Diário do Poder Legislativo - Estados Unidos do Brasil; De 1946 a 1953, Diário do Congresso Nacional - Estados Unidos do Brasil; De 1953 a 1995, Diário do Congresso Nacional - Seção I; De 1995 até hoje, Diário da Câmara dos Deputados.

Data Publicação: 28/03/2013

URI: <http://tesbd1.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2138>

Arquivos neste item

Arquivos	Tamanho	Formato	Ver
DCD28MAR2013SUP.pdf	2.128Mb	Adobe/PDF	Ver/Abrir

Este item aparece na(s) seguinte(s) Coleção(ões)

- [Diário da Câmara dos Deputados](#)

[Visualizar registro completo](#)

Fonte: Produzido pelo autor

Conclusão

5 CONCLUSÃO

Percorridos os caminhos para conhecimento dos conteúdos informacionais da coleção do Diário da Câmara dos Deputados, identificação dos sistemas de informação relacionados aos conteúdos do Diário e análise das necessidades dos usuários do periódico, fundamentados no embasamento teórico e conceitual conquistado na revisão da literatura da área, pode-se afirmar que:

A Câmara dos Deputados preocupou-se em prover a instituição de sistemas de informação que agrupassem as informações da atividade finalística da Casa Legislativa, porém sem vincular essa preocupação à de retratar sistematicamente os conteúdos publicados no seu veículo oficial de publicidade, a saber, o Diário da Câmara dos Deputados.

Ocupou-se, também, em representar os seus documentos de alguma forma, o que fica explicitado nas respostas dos entrevistados, uma vez que verificam-se poucas lacunas de informação não acessíveis por sistemas locais ou corporativos da Câmara dos Deputados. Os principais conteúdos provenientes da atividade finalística dos parlamentares são tratados, isoladamente, em três principais sistemas da Casa, Sistema de Informações Legislativas (Sileg), o Sistema de Taquigrafia (Sitaq) e a Legislação Informatizada (Legin).

Entretanto o que se nota é que, por múltiplos fatores, não houve por parte dos setores a preocupação em adotar ferramentas e instrumentos adequados de representação física e temática dos documentos legislativos, nem padrões que orientassem a organização da informação produzida na Câmara dos Deputados e armazenada e representada em seus sistemas de informação, inviabilizando, dessa forma, a formação de uma efetiva arquitetura da informação corporativa.

Entende-se, portanto, que a grande maioria das informações produzidas no âmbito da Câmara dos Deputados e publicadas no DCD é passível de recuperação em virtude do tratamento prévio em vários sistemas de informação, o que não garante a qualidade e tempestividade na recuperação, que fica parcialmente prejudicada por conta dos sistemas não contemplarem técnicas adequadas de organização e representação da informação, apesar de estas existirem há muito tempo, como se constata no referencial teórico apresentado no capítulo 2.

O uso de padrão de metadados, por exemplo, deve atender as necessidades de recuperação da informação e possibilitar o compartilhamento e intercâmbio de informações entre sistemas, além de facilitar o uso e reuso das informações pelos usuários. No desenho dos sistemas de informação da Câmara dos Deputados não se percebe, até agora, foco especial na adoção de normalização e do

uso de padrões de representação da informação, visando à construção de sistemas integrados e interoperáveis. Observa-se que houve iniciativas isoladas e locais, para resolver, a princípio, demandas de serviços internos.

A Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados enfatizou no seu projeto de criação a relevância da utilização de padrões internacionais para a representação e recuperação de objetos informacionais, bem como de requisitos de preservação e protocolos de interoperabilidade de objetos digitais, buscando dar consistência às informações produzidas pela Câmara dos Deputados, depositadas neste repositório institucional e disseminadas a partir dele.

Alicerçada e construída com base nesses fundamentos, conforme descrito na seção 2.5 deste documento, a Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados oferece o ambiente propício para abrigar a publicação oficial da Câmara dos Deputados.

Os gestores da BDCD deverão, portanto, atuar na criação de uma Coleção para o depósito do Diário da Câmara dos Deputados na Biblioteca Digital daquela instituição legislativa, permitindo a pesquisa em todos os seus itens de forma integrada, de acordo com apontamento no capítulo 4.3 (Análise dos Questionários), garantindo sua preservação no ambiente digital, com a validação do conjunto de metadados propostos em 4.4.

Poderá ser objeto de estudo o tratamento intelectual dos conteúdos pertinentes à Relação de Cargos e Membros que não estão representados em sistemas de informação da Câmara dos Deputados, de acordo com o item 4.3.1.

Não deverá ser escopo da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados a representação e organização dos conteúdos descritos em 4.3.2, referentes ao período anterior a 1946 por se tratarem de matérias específicas à tramitação de proposições e de representação dos discursos objetos dos sistemas Sileg e Sitaq, respectivamente.

Para a decisão do tratamento e estabelecimento de metadados de descrição física e temática de conteúdos pontuais, deverão ser observados, previamente, os recursos de busca e recuperação na íntegra da coleção, na BDCD.

Constata-se, em definitivo, que há um amadurecimento na Câmara dos Deputados quanto ao valor da informação organizada para as instituições que pretendem alcançar excelência. Ademais, os administradores da instituição têm envidado esforços para criar na organização a cultura de gerir a informação com a finalidade de apoiar estratégias e fundamentar a tomada de decisão da alta administração. Para tanto, têm investido no Programa de Gestão da Informação e do Conhecimento, definido marcos regulatórios, instituído políticas, e garantido o uso de padrões e técnicas de organização da informação que subsidiem o desenvolvimento e

a implantação de sistemas de informação, pautados em um processo de arquitetura da informação corporativa.

Nesse contexto, o objetivo da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados deve ser o de estabelecer-se como repositório institucional, trazendo para si a responsabilidade de ser um sistema de captação, depósito, preservação e disseminação da informação daquela organização legislativa.

Recomendações

RECOMENDAÇÕES

1. Instituir formalmente, por ato normativo, a Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados como repositório institucional, garantindo que toda publicação da Câmara dos Deputados seja depositada na BDCD;
2. Verificar junto ao Centro de Informática as implicações técnicas da transferência imediata da coleção do Diário da Câmara dos Deputados da área de “publicações e estudos” do portal institucional para a Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.

Referência

REFERÊNCIA

ALONSO, Marta Dolabela de Lima. Publicações oficiais: proposta da CEPAD. **R. Bibliotecon.** Brasília, v. 17, n. 2, p. 173-186, jul./dez. 1989.

ALMEIDA, Maurício B.; BAX, Marcello Peixoto. Uma visão geral sobre ontologias: pesquisa sobre definições, tipos, aplicações, método de avaliação e de construção. **Ci. Inf., Brasília, v. 32, n. 3, p. 7-20, set./dez. 2003** . Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19019>>. Acesso em: 14 set. 2012.

ALVARENGA, Lídia. Definição de publicações oficiais. **R. Esc. Bibliotecon.** UFMG, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 213-238, jul./dez. 1993.

ALVARENGA, Lídia. Definição de publicações oficiais. **R. Esc. Biblioteconomia.** UFMG, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 213-238, Jul/Dez.1993.

ALVARENGA, Lídia. Organização da informação em bibliotecas digitais. In: KURAMOTO, Hélio; NAVES, Madalena Martins Naves (Org.). **Organização da informação: princípios e tendências.** Brasília: Briquet de Lemos, 2006. P. 76-98.

ALVARENGA, Lídia. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaço digitais. **Encontros Bibli: Revista Elet. De Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n.15, 1º sem. 2003.

ALVES, R.C.V. **Web Semântica:** uma análise focada no uso de metadados. Marília: Unesp, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Apresentação de Publicações Oficiais.** São Paulo: ABNT, 1986. 4 p. (Projeto 14:02.05•001)

BARRETO, Ana Maria. Informação e conhecimento na era digital. **Transinformação**, Campinas, 17(2):111-122, maio/ago., 2005. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/695/675>>. Acesso em: 10 set. 2012.

BASTOS, Celso Ribeiro, 1938-2003. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2010.703 p.

BRANCHEAU, J. C.; WETHERBE, J. C. Information architectures: methods and practice. **Information Processing & Management**, v. 22, n. 6, p. 453-463, 1986.

BRANDÃO, Ana Maria. [Informações sobre a política do Arquivo Nacional para as publicações oficiais]. [19901]. 1 p. manuscrito.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 9, 2008, São Paulo, Anais. São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <<http://www.enancib2008.com.br>>. Acesso em: 13.11.2012

BRÄSCHER, M.; VICTORINO, Márcio. Organização da informação e do conhecimento, engenharia de software e arquitetura orientada a serviços: uma abordagem holística para o desenvolvimento de sistemas de informação computadorizados. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, v.10 n.3 jun. 2009, Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun09/Art_03.htm>. Acesso em: 12 set. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Ato da Mesa nº 50, de 16/07/2012**. Dispõe sobre a política editorial dos produtos bibliográficos oficiais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2012/atodamesa-50-16-julho-2012-773825-publicacaooriginal-137094-cd.html>>. Acesso em: 19 mar. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**. 10. ed. Brasília, edições Câmara, 2013. 415 p.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Taxonomia e classificação: o princípio de categorização. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, v.9, n.4, ago., 2008. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago08/Art_01.htm>. Acesso em: 22 set. 2012.

CAVALCANTI, Cordélia Robalinho. Definição de publicações oficiais brasileiras. In: SEMINÁRIO SOBRE PUBLICAÇÕES OFICIAIS BRASILEIRAS, 5, 1981. Anais... Brasma, 1981.

CAVALCANTI, Cordelia Robalinho. **Indexação & Tesouro**: metodologia & técnicas. Brasília: ABDF, 1978. 89 p.

CAVALCANTI, Raphael da Silva. **Critérios para a avaliação de taxonomias navegacionais em sítios de comércio eletrônico**. Brasília: UnB/Faculdade de Ciência da Informação, 2012. 88f.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 2. Ed. São Paulo: Senac, 2006. 425 p.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. **Atividade Legislativa do Poder Executivo**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

CONFORTI, Noemi; ARTAZA, Carlos Hugo. **Thomas S. Khun y la Ciencia de la Información**. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, [1998?]

DINIZ, Maria Helena. **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Do Processo Legislativo**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FREIRE, Gustavo H. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. Belo Horizonte: **Perspectiva em Ciência da Informação**, v.11, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2006.

FREYRE, Gilberto. Publicações oficiais, essas desconhecidas. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 31 mar. 1951, p. 10.

GARCIA-MARCO, Francisco-Janvier. El reto de la transparencia y la web 3.0: un nuevo contexto para las publicaciones oficiales. 2002.

GÓMEZ, M. N. González de. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. Brasília: **Ciência da Informação**. v. 19, n. 2, p.117-22, jul./dez. 1990.

GOMES, Henriette Ferreira. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de característica a critério delimitador de seu núcleo principal. Rio de Janeiro: **DataGramZero** : Revista de Ciência da Informação, v.2, n. 2, ago. 2001.

GRUBER, Thomas R. **A translation approach to portable ontology specifications**. Stanford, Ca: StanfordUniversity, 1993. Disponível em: <<http://www.dbis.informatik.hu-berlin.de/dbisold/lehre/WS0203/SemWeb/lit/KSL-92-17.pdf>> Acesso em: 14 set. 2012.

GUEDES, Gildásio. **Interface humano computador** : prática pedagógica para ambientes virtuais. Teresina: EDUFPI, 2008. 218 p.

IPANEMA, Marcello. Publicações oficiais: uma visão política: ontem, hoje e amanhã. R. Bibliotecon. Brasília, v. 17, n. 2, p. 113-122, jul./dez. 1989.

JOHANSSON, E.A. The definition of official publications. **IFLA Journal**, v. 8, n. 3, p.282-290, 1982.

LANCASTER, F.W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 1993.

LARA, M.L.G. de. O processo de construção da informação documentária e o processo de conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.7, n.2, p.127-139, jul./dez. 2002.

LIMA, Ruy Cirne. **Princípios de Direito Administrativo**. 7. ed., revista e reelaborada por Paulo Roberto Pasqualini. São Paulo: Malheiros, 2007.

LIMA-MARQUES, Mamede; MACEDO, Flávia Lacerda Oliveira de. Arquitetura da Informação: base para a Gestão do Conhecimento. In: **Inteligência, informação e conhecimento**. Brasília: Unesco, 2006. p. 241-255

MCGEE, James; PRUSAK, Laurence. **Gerenciamento estratégico da informação**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 36. ed. atualizada por Eurico Andrade Azevedo, Deoclécio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2010. 872 p.

MELLO, Oswaldo Aranha Bandeira de. **Princípios Gerais de Direito Administrativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979, vol. 1.

MEURER, Carmen Torelly. *A Library of Congress e a aquisição de Publicações oficiais brasileiras*. **R. Bibliotecon. Brasília**, v. 4 n. 2, p. 201-212, jul./dez. 1976.

MILSTEAD, Jessica; FELDMAN, Susan. Metadata: Projects & Standards. **Magazine article from Online**, v. 23, n.1, jan./feb.1999.

MONTEIRO, Fernanda de Souza. **Organização da informação em repositórios digitais institucionais com ênfase na descrição física e descrição temática**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008. 199 f. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1096/1/DISSERTACAO_2008_FernandaDeSMonteiro.pdf> Acesso em: 13 nov. 2012.

MORAES, José Diniz de. Da Publicação Oficial de Lei Municipal. **Revista do Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Norte**. Natal, n. 04, p. 50-57, Dez. 2003.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de direito administrativo**: parte introdutória, parte geral, parte especial. Rio de Janeiro : Forense, 2001. 657 p.

MORENO, Fernanda Passini ; ARELLANO, Miguel Ángel Márdero. **Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos - Frbr**: uma apresentação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v.3, n. 1, p. 20-38, jul./dez. 2005.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 14-24, jan./abr. 2000.

PAZ, Calíope Maria Melo. Perfil dos usuários da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. In: MIRANDA, Roberto Campos da Rocha. **Informação e conhecimento no legislativo**. Brasília: Edições Câmara, 2012. p. 23-63.

PEREIRA, Fernanda. Avaliação de Usabilidade em bibliotecas digitais: um estudo de caso. Belo Horizonte: UFMG, 2011. 115 f. Dissertação de mestrado em Ciência da Informação. - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. (UFMG), Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://dspace.lcc.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ECID-8LAKHD/1/dissertacao_pdf.pdf>. Acesso em: 7 maio 2012.

PRESSMAN, Roger ; LOWE, David. **Engenharia Web**. Rio de Janeiro: LTC, 2009. 416 p.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2013. 938 p.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo : Atlas, 2012. 334 p.

ROBREDO, J. **Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus; SSRR, 2003. 245 p.

ROBREDO, J. Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem revisitada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas. 4. ed. Brasília: Reprint, 2005. 409 p.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. **Princípios Constitucionais da Administração Pública**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

ROCHA, Juracy Feitosa. Publicações oficiais brasileiras, 1974. **Bibliotecon. Brasília** 2 (1) jan./jun. 1974.

ROZADOS, Helen Beatriz Frota A Ciência da Informação em sua Aproximação com as Ciências Cognitivas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 79-94, jan./jun. 2003.

ROSENFELD, L. MORVILLE, P. **Information Architecture for the World Wide Web**. USA: O'Reilly, 2002.

SANTOS, Robson Luís Gomes dos. **Usabilidade de interfaces para sistemas de informação na Web**: estudo de caso de bibliotecas on-line de universidades federais brasileiras. 2006. 328 f. Tese (Doutorado em Design)- Departamento de Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. (PUC-Rio), Rio de Janeiro,

2006. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0313143_06_pretextual.pdf>. Acesso em: 7 maio 2012.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SILVA NETO, Casimiro Pedro da. **A construção da democracia**: síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados, das assembleias nacionais constituintes e do Congresso Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003. 751 p. (Série temas de interesse do Legislativo; n. 5)

SILVESTRE, Maria Cristina Rodrigues; MILANI, Patrícia Maria Pinheiro Villar de Queiroz. **a biblioteca digital da Câmara dos Deputados como ferramenta de gestão da informação**. Brasília: Instituto Blaise Pascal, 2010. 102 p.

SIMIONATO, Ana Carolina. **Arquitetura da informação**. 2011. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/karusimionato/ai-captulo-9-tesauros-vocabulrio-controlado-e-metadados>> Acesso em: 15 dez. 2012

SOARES, Evanna. A publicação dos atos administrativos e das leis municipais na imprensa oficial à luz do princípio constitucional da publicidade. **Jus Naveganti**, Terezina: 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/12040/a-publicacao-dos-atos-administrativos-e-das-leis-municipais-na-imprensa-oficial-a-luz-do-principio-constitucional-da-publicidade>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

SOUZA, Renato Rocha; ALVARENGA, Lúcia. A *Web Semântica* e suas contribuições para a Ciência da Informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v.33, n.1, p. 132-144, jan./abril 2004.

STOLLENWERK, M. F. L. Gestão do Conhecimento: conceitos e modelos. In: STUDER, R. et al. *Situation and Perspective of Knowledge Engineering*. Amsterdam: IOS Press, 2004. 19 p. Disponível em: http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=alkR8NNC0jEC&oi=fnd&pg=PA237&dq=studer+decker+situation+and+perspective&ots=ofVFSasvpk&sig=3UXw2EKUjalc_oINyINc5zRbP0 Acesso em: 15 set. 2012.

SVENONIUS, E. *The intellectual foundations of information organization*. Cambridge: The MIT Press, 2001. 255p.

TARAPANOFF, K. **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 143-163.

TAYLOR, A. G. *The Organization of Information*. London: Libraries Unlimited. 2004. 417 p.

TERRA, J. C. C. et al. Taxonomia: elemento fundamental para a gestão do conhecimento. 2005. Disponível em: <<http://www.terraforum.com.br>>. Acesso em: 25 set. 2012.

WLASSAK, Thomas. O princípio da publicidade. Considerações sobre forma e conteúdo. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 7, n. 60, 1 nov. 2002. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/3425>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

VICKERY, B. C. Knowledge representation: a brief review. **Journal of Documentation**, v. 42 n. 3, p.145 – 159, Sept. 1986

VICTORINO, Márcio de Carvalho. **Organização da informação para dar Suporte à Arquitetura Orientada a Serviços**: Reuso da Informação nas Organizações. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. 276 f. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/10056/1/2011_MarcioCarvalhoVictorino.pdf> Acesso em: 14 jan. 2013.

Apêndice

APÊNDICE A — Questionário aplicado pelo pesquisador

Caros pesquisadores,

Estou trabalhando na elaboração da monografia para a conclusão do curso de especialização em Arquitetura e Organização da Informação:

Diário da Câmara dos Deputados: uma proposta de requisitos de arquitetura e organização da informação para o tratamento e a recuperação dos conteúdos informacionais na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.

Na metodologia proposta, uma das etapas é entrevistar pesquisadores da equipe da Coordenação de Relacionamento e Pesquisa e Informação (Corpi) do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. O objetivo é indicar ou definir os conteúdos publicados nos DCD que devam necessariamente ser tratados, visando sua recuperação, e, ainda, analisar se a Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados é a ferramenta adequada. É o que queremos verificar.

Assim, gostaria que vocês respondessem a quatro perguntas:

Com relação aos conteúdos informacionais publicados no Diário da Câmara dos Deputados-DCD:

1. Por ordem de relevância, quais os conteúdos informacionais que são demandados à Corpi por meio de pesquisas e não são tratados por nenhum sistema de informação da Câmara dos Deputados?
2. Ainda por relevância, quais os conteúdos deveriam ser tratados e disponibilizados para o acesso direto pelo cidadão?
3. Quais são os conteúdos tratados por algum sistema de Informação na CD, mas que são de difícil recuperação?
4. Gostariam de sugerir ou acrescentar algo?

Data de Entrega: Até 07 de dezembro de 2012 (Sexta-feira)

Obrigada,

Patrícia Milani

Patricia.milani@camara.gov.br

61 81518692